



# Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXX - ESTADO DO TOCANTINS, TERÇA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2018

Nº 5.079



PODER EXECUTIVO

PALÁCIO ARAGUAIA  
PRAÇA DOS GIRASSÓIS

## ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

### ATO Nº 341 - NM.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e o inciso XI do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

#### NOMEAR

ROLF COSTA VIDAL para exercer o cargo de Secretário-Chefe da Casa Civil, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

MAURO CARLESSE  
Governador do Estado, em exercício

### ATO Nº 342 - NM.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e o inciso XI do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

#### NOMEAR

SANDRO HENRIQUE ARMANDO para exercer o cargo de Secretário de Estado da Fazenda, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

MAURO CARLESSE  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

### ATO Nº 343 - NM.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e o inciso XI do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

## SUMÁRIO

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
CASA CIVIL	3
UNITINS	3
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	3
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	13

#### NOMEAR

JOÃO FRANCISCO DE AGUIAR para exercer o cargo de Secretário de Estado da Comunicação Social, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

MAURO CARLESSE  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

### ATO Nº 344 - NM.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e no inciso XXI do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

#### NOMEAR

JAIZON VERAS BARBOSA para exercer o cargo de Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

MAURO CARLESSE  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

### ATO Nº 346 - NM.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e no inciso XI do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

#### NOMEAR

DEUSIANO PEREIRA DE AMORIM para exercer o cargo de Secretário de Estado da Segurança Pública, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

MAURO CARLESSE  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 347 - NM.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e no inciso XI do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA para exercer o cargo de Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

**MAURO CARLESSE**  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 348 - NM.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e no inciso X do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

COLEMAR NATAL CÂMARA FERREIRA NUNES DE MELO para exercer o cargo de Presidente da Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

**MAURO CARLESSE**  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 349 - NM.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e no inciso X do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

DIVINO JOSÉ RIBEIRO para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

**MAURO CARLESSE**  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil



**MAURO CARLESSE**  
Governador do Estado, em exercício

**ROLF COSTA VIDAL**  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**GERISVALDO DA COSTA MACEDO**  
Diretor do Diário Oficial do Estado

**ATO Nº 350 - NM.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e no inciso X do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

DILMA CALDEIRA DE MOURA para exercer o cargo de Subsecretário da Fazenda, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

**MAURO CARLESSE**  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 351 - NM.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e no inciso X do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

JORGE KLEBER NEIVA BRITO para exercer o cargo de Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

**MAURO CARLESSE**  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 352 - NM.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe conferem o §3º do art. 39 e no inciso X do art. 40 da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

VAGLÉIA INÁCIO MONTELO CAMARÇO para exercer o cargo de Subsecretário da Administração, a partir de 27 de março de 2018.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

**MAURO CARLESSE**  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 353 - DSG.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições, resolve

## DESIGNAR

SANDRO HENRIQUE ARMANDO, Secretário de Estado da Fazenda, para responder, cumulativamente, pela Secretaria da Administração.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

MAURO CARLESSE  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

## ATO Nº 355 - DSG.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições, resolve

## DESIGNAR

DEUSIANO PEREIRA DE AMORIM, Secretário de Estado da Segurança Pública, para responder, cumulativamente, pela Secretaria de Cidadania e Justiça.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

MAURO CARLESSE  
Governador do Estado, em exercício

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe da Casa Civil

## ATO Nº 356 - DSG.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições, resolve

## DESIGNAR

ROLF COSTA VIDAL, Secretário-Chefe da Casa Civil, para responder, cumulativamente, pela Secretaria-Geral de Governo e Articulação Política.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

MAURO CARLESSE  
Governador do Estado, em exercício

## CASA CIVIL

## PORTARIA CCI Nº 324 - EX, DE 27 DE MARÇO DE 2018.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

## EXONERAR

JAIZON VERAS BARBOSA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Subchefe do Estado Maior - DAS-3, da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, a partir de 27 de março de 2018.

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe

## PORTARIA CCI Nº 325 - EX, DE 27 DE MARÇO DE 2018.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

## EXONERAR

JORGE KLEBER NEIVA BRITO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico e de Planejamento - DAS-4, do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a partir de 27 de março de 2018.

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe

## PORTARIA CCI Nº 326 - EX, DE 27 DE MARÇO DE 2018.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

## EXONERAR

VAGLÉIA INÁCIO MONTELO CAMARÇO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Controle de Pessoal e Folha de Pagamento - DAS-4, da Secretaria da Administração, a partir de 27 de março de 2018.

Rolf Costa Vidal  
Secretário-Chefe

## UNITINS

## PORTARIA/UNITINS/GRE/N. 126/2018

AREITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade da Lei n. 3.124/2016 e do artigo 10, inciso XV, do Estatuto desta Universidade, consubstanciada pelo MEMO/UNITINS/GRE/N. 015/2018,

## RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA, matrícula funcional n. 900365, a partir de 26 de março de 2018, do cargo em comissão de Pró-Reitor de Administração e Finanças - CDAS-3, junto à UNITINS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação, com efeito a partir da data de exoneração.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 26 dias do mês de março de 2018.

SUELY CABRAL QUIXABEIRA ARAÚJO  
Reitora

## PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

## ALVORADA

## AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Alvorada/TO através da Comissão Permanente de Licitação - CPL torna público que fará realizar na sala de reunião da mesma, situada na Rua 07 de Setembro, Centro - Alvorada/TO:

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018/ADM, Modalidade Tomada de Preços, Tipo Menor Preço Global, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CAPA SELANTE A SER REALIZADA NA SEDE DESTE MUNICÍPIO, com abertura prevista para o dia 13/04/2018 às 09hs.

A retirada dos editais junto a Comissão de Licitação ou através do e-mail: prefeituraalvoradacpl@gmail.com, de segunda a sexta-feira, e informações através do fone: (63) 3353-2482. Alvorada/TO, aos 23 de março de 2018.

KAROLINY FREITAS SILVA  
Presidente da Comissão de Licitação de Alvorada/TO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Educação de Alvorada/TO, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL torna público que fará realizar na sala de reunião da mesma, situada na Rua 07 de Setembro, Centro:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018/FME, a ser realizado dia 09/04/2018, às 08hs10min, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ALVORADA/TO.

A retirada dos editais junto a Comissão de Licitação ou através do e-mail: prefeituraalvoradacpl@gmail.com, de segunda a sexta-feira, e informações através do fone: (63) 3353-2482. Alvorada/TO, aos 23 dias do mês de março de 2018.

KAROLINY FREITAS SILVA  
Presente da Comissão de Licitação

#### ARAGOMINAS

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO O PROCESSO LICITADO DE Nº 018/2018/PMA, Pregão Presencial de nº 014/2018/PMA, tendo como objetivo a Contratação de Prestação de Serviços de Locação de um veículo, com capacidade acima de 48 pessoas, ano de fabricação acima de 2005, para transportar os alunos da faculdade no período matutino e noturno e outras viagens de eventos sociais, tais como: quilombolas, jogadores e outros. Prefeitura Municipal de Aragominas - TO. Em atendimento do exercício de 2018. A empresa vencedora: WELLINGSSON CRUZ DE ARAUJO - CNPJ: 29.954.303/0001-25, no valor de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais). Aragominas - TO, 23 de março de 2018.

HOMOLOGO O PROCESSO LICITADO DE Nº 012/2018/PMA, Pregão Presencial de nº 011/2018/PMA, tendo como objetivo: Registro de Preço para a Aquisição de Material Gráfico, destinados para as Secretarias Municipais de Administração, Prefeitura Municipal de Aragominas/TO. Referente ao ano de 2018. A empresa vencedora: BELCHOR DOS REIS NOGUERIA GOMES, CNPJ: 26.426.586/0001-44, no valor de R\$ 54.445,00 (Cinquenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais). Aragominas - TO, 26 de março de 2018.

HOMOLOGO O PROCESSO LICITADO DE Nº 019/2018/PMA, Pregão Presencial SRP de nº 015/2018/PMA, tendo como objetivo: Formalização de Ata de Registro de Preços para eventual Contratação de empresa especializada em realização de eventos, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Aragominas - TO, tais como, locação de palco, som, iluminação, estrutura de fechamento, tablado, banheiros químicos, tendas e outros, com serviços de montagem e desmontagem, conforme as condições e especificações constantes neste edital e seus anexos. A empresa vencedora: E. CANUTO BENIZ-ME - CNPJ: 24.293.104/0001-08. No valor de R\$ 291.000,00 (Duzentos e noventa e um mil reais). A empresa vencedora: APLAUSOS LOCAÇÕES E PRODUÇÕES DE EVENTOS - EIRELI - ME - CNPJ: 14.831.403/0001-97. No valor de R\$ 465.806,00 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil e oitocentos e seis reais).

Aragominas - TO, 27 de Março de 2018.

Eliete Alves de Melo  
Prefeita Municipal

#### FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### ERRATA

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS, ESTADO DO TOCANTINS, retifica-se a data da abertura do Pregão Presencial nº 008/2018/FME, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.074, pág 56, dia 20 de março de 2018. Onde se lê: dia 29 de março de 2018 às 07h30min. Leia-se: dia 05 de abril de 2018 às 07h30min. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, na Rua Marinópolis, centro, Aragominas - TO, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 13h00min, Fone: (63) 3463-1210. Aragominas - TO, 26 de março de 2018.

Retifica-se a data da abertura do Pregão Presencial nº 009/2018/FME, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.074, pág 56, dia 20 de março de 2018. Onde se lê: dia 30 de março de 2018 às 07h30min. Leia-se: dia 05 de abril de 2018 às 11h30min. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, na Rua Marinópolis, centro, Aragominas - TO, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 13h00min, Fone: (63) 3463-1210.

Aragominas - TO, 26 de Março de 2018.

Natalícia Gomes Martins  
Pregoeira

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARAGOMINAS, ESTADO DO TOCANTINS, Torna publico o Pregão Presencial nº 032/2018/FMAS, objetivo a Contratação de empresa especializada no fornecimento urnas funerária, ornamentação, coroas de flores, aplicação de formol e translado, destinado para o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARAGOMINAS - TO. Às 09h00min do 10 de abril de 2018. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados na COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, na Rua Marinópolis, centro, Aragominas - TO, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 13h00min, Fone: (63) 3463-1210.

Aragominas - TO, 26 de Março de 2018.

Natalícia Gomes Martins  
Pregoeira

#### ARRAIAS

#### AVISOS DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/18 - SRP

O Município de Arraias/TO, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que fará realizar no dia 10/04/18, às 9h, em sua sede Rua Cel. Otavio Magalhães, nº 01, 1º Andar, Licitação na Modalidade Pregão, com vistas à contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas e coffee break/lanches, para atender as demandas junto as Secretarias do Poder Executivo Municipal. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos junto a CPL em dias úteis e em horário de expediente, fone: (63) 3653-1370, ou pelo site: www.arraias.to.gov.br/transparencia.

Arraias - TO, 23 de Março de 2018.

Comissão Permanente de Licitação

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/18 - SRP**

O Município de Arraias/TO, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que fará realizar no dia 11/04/18, às 9h, em sua sede Rua Cel. Otavio Magalhães, nº 01, 1º Andar, Licitação na Modalidade Pregão, com vistas à contratação de empresa para aquisição de peças; acessórios; lubrificantes; filtros; baterias; estopas; pneus; câmara de ar. Serviços de mão de obra especializada em torno e solda; auto elétrica; retífica de motores e bomba injetora; lanternagem; funilaria; pintura de veículos; hidráulico em geral; troca de óleo de motor, prensagem de mangueira em geral; injeção eletrônica; alinhamento; balanceamento e cambagem. Recuperação de radiadores e de estofados. Mecânica em geral para moto/veículos/máquinas (leves e pesados); serviços de guincho e afins, destinados aos veículos e máquinas pertencentes à frota deste município. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos junto a CPL em dias úteis e em horário de expediente, fone: (63) 3653-1370, ou pelo site: www.arraias.to.gov.br/transparencia.

Arraias - TO, 23 de Março de 2018.

Comissão Permanente de Licitação

**CACHOEIRINHA****AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL**

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-TO.  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2018.  
OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa para eventuais e futuras aquisições de Gêneros Alimentícios destinados à Merenda Escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência do edital. Data da Abertura: 12/04/2018, as 10h00min, local de abertura e retirada do edital e anexo, sala do setor de licitações, sito Av. 21 de Abril, 1525 centro, informações: (63) 3437-1248.

Cachoeirinha - TO, 23 de Março de 2018.

Antônio Pereira da Silva  
Pregoeiro Oficial

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 019/2018.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cachoeirinha - TO  
CONTRATADA: LUCINEIDE ALVES DE FRANÇA - MEI, devidamente inscrita no CNPJ nº 18.054.490/0001-74 OBJETO: Serviços técnicos em manutenção de computadores, redes, configuração de impressoras e alimentação do site da Prefeitura.  
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 002/2018.  
Valor Global: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).  
DATA DO CONTRATO: 09 de março de 2018  
Vigência: 09/03/2018 a 31/12/2018.

Cachoeirinha - TO, 09 de Março de 2018.

PAULO MACEDO DAMACENA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 020/2018.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cachoeirinha - TO  
CONTRATADA: RONALDO ALMEIDA MARTINS, devidamente inscrito no CPF: 011.830.571-99 OBJETO: Locação de 01 (um) caminhão basculante, capacidade mínima 08 Toneladas.  
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 003/2018.  
Valor Global: R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).  
DATA DO CONTRATO: 09 de março de 2018  
Vigência: 09/03/2018 a 31/12/2018.

Cachoeirinha - TO, 09 de Março de 2018.

PAULO MACEDO DAMACENA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2018**

O Prefeito do Município de Cachoeirinha/TO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 43, Parágrafo VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores,

RESOLVE:

Homologar a Licitação, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 004/2018, Objeto: Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de Peças de reposição e serviços preventivos e corretivos, para frota do Município de Cachoeirinha/TO. Julgado no dia 08/03/2018, e por está de acordo com a Legislação em vigor à Empresa: AUTO MOTORDIESEL LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.975.911/0001-34, vencedora da licitação em epígrafe, no valor global estimado de: R\$ 686.013,00 (Seiscentos e oitenta e seis mil e treze reais). Dotação Orçamentária: constante no orçamento geral para o exercício de 2018, a ser inscrita na Nota de Empenho de acordo com o órgão solicitante.

Cachoeirinha - TO, 23 de Março de 2018.

Paulo Macedo Damacena  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2018**

O Prefeito do Município de Cachoeirinha/TO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 43, Parágrafo VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores,

RESOLVE:

Homologar a Licitação, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 005/2018, Objeto: Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de serviços funerários, com fornecimento de urnas e preparação do corpo, a pessoas carentes do Município de Cachoeirinha/TO. Julgado no dia 08/03/2018, e por está de acordo com a Legislação em vigor à Empresa: M DIAS LIMA E CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 22.553.008/0002-07, vencedora da licitação em epígrafe, no valor global estimado de: R\$ 149.200,00 (Cento e quarenta e nove mil e duzentos reais). Dotação Orçamentária: constante no orçamento geral para o exercício de 2018, a ser inscrita na Nota de Empenho de acordo com o órgão solicitante.

Cachoeirinha - TO, 23 de Março de 2018.

Paulo Macedo Damacena  
Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018**

O Prefeito do Município de Cachoeirinha/TO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 43, Parágrafo VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores,

RESOLVE:

Homologar a Licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 006/2018, Objeto: Contratação de Profissional Educador Físico, para atuar no Fundo Municipal de Saúde (NASF) de Cachoeirinha/TO. Julgado no dia 08/03/2018, e por está de acordo com a Legislação em vigor à Profissional: NUBIA FERREIRA DE SOUSA, inscrita no CPF nº 044.300.631-84, vencedora da licitação em epígrafe, no valor global de: R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais). Dotação Orçamentária: constante no orçamento geral para o exercício de 2018, a ser inscrita na Nota de Empenho de acordo com o órgão solicitante.

Cachoeirinha - TO, 23 de Março de 2018.

Paulo Macedo Damacena  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018**

O Prefeito do Município de Cachoeirinha/TO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 43, Parágrafo VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Homologar a Licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 007/2018, Objeto: Contratação de empresa especializada para disponibilização de internet via rádio para o Município de Cachoeirinha/TO. Julgado no dia 09/03/2018, e por está de acordo com a Legislação em vigor à Empresa: C R ALVES RODRIGUES - ME, inscrita no CNPJ nº 19.741.855/0001-00, vencedora da licitação em epígrafe, no valor global estimado de: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais). Dotação Orçamentária: constante no orçamento geral para o exercício de 2018, a ser inscrita na Nota de Empenho de acordo com o órgão solicitante.

Cachoeirinha - TO, 23 de Março de 2018.

Paulo Macedo Damacena  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018**

O Prefeito do Município de Cachoeirinha/TO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 43, Parágrafo VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Homologar a Licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 009/2018, Objeto: Contratação de profissional Engenheiro Civil. Julgado no dia 13/03/2018, e por está de acordo com a Legislação em vigor à Empresa: MACRO GESTÃO PÚBLICA EMPRESARIAL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 06.097.999/0001-15, vencedora da licitação em epígrafe, no valor global de: R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais). Dotação Orçamentária: constante no orçamento geral para o exercício de 2018, a ser inscrita na Nota de Empenho de acordo com o órgão solicitante.

Cachoeirinha - TO, 23 de Março de 2018.

Paulo Macedo Damacena  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018**

O Prefeito do Município de Cachoeirinha/TO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 43, Parágrafo VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Homologar a Licitação, na modalidade Tomada de Preços nº 002/2018, Objeto: Contratação de Serviços e Assessoria Contábeis, para atender a Prefeitura e demais órgãos Municipais. Julgado no dia 15/03/2018, e por está de acordo com a Legislação em vigor à Empresa: PRÁTICA CONTABILIDADE E CONSULTORIA EM GESTÃO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 10.563.832/0001-70, vencedora da licitação em epígrafe, no valor global de: R\$ 264.400,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais). Dotação Orçamentária: constante no orçamento geral para o exercício de 2018, a ser inscrita na Nota de Empenho de acordo com o órgão solicitante.

Cachoeirinha - TO, 23 de Março de 2018.

Paulo Macedo Damacena  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018**

O Prefeito do Município de Cachoeirinha/TO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 43, Parágrafo VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Homologar a Licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 008/2018, Objeto: Contratação de empresa especializada para disponibilização de Site Portal da Transparência do Município de Cachoeirinha/TO, com manutenção do servidor. Julgado no dia 09/03/2018, e por está de acordo com a Legislação em vigor à Empresa: W. P. LOPES NASCIMENTO - ME, inscrita no CNPJ nº 22.679.136/0001-02, vencedora da licitação em epígrafe, no valor global estimado de: R\$ 11.440,00 (Onze mil e quatrocentos e quarenta reais). Dotação Orçamentária: constante no orçamento geral para o exercício de 2018, a ser inscrita na Nota de Empenho de acordo com o órgão solicitante.

Cachoeirinha - TO, 23 de Março de 2018.

Paulo Macedo Damacena  
Prefeito Municipal

**RATIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS**

ÓRGÃO: Município de cachoeirinha do Tocantins/TO. PROCESSO Nº: 003TP/2018, MODALIDADE: Tomada de Preços nº 003/2018 OBJETO: Seleção de Proposta mais vantajosa para execução do projeto de pavimentação de vias urbanas no Município de Cachoeirinha/TO, conforme discriminação detalhada no Plano de Trabalho, Convênio nº 846647/2017 SUDAM. Onde se lê: DATA DA ABERTURA: 08/04/2018, Leia-se: DATA DE ABERTURA: 09/04/2018. HORA DA ABERTURA: 08h20min. LOCAL DE ABERTURA e retirada do EDITAL e ANEXOS: Sala do Setor de Licitações, sito à Av. 21 de Abril, 1525, centro. Informações: (63) 3437-1248.

Cachoeirinha - TO, 26 de Março de 2018.

Antônio Pereira da Silva  
Presidente da CPL

**CARIRI DO TOCANTINS****AVISO DE LICITAÇÃO.**

O Município de Cariri do Tocantins - TO, através da Comissão de Licitação, torna público que fará realizar na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na Av. Bernardo Sayão, nº 01 - Centro, nesta cidade, a seguinte licitação:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018. TIPO MENOR VALOR MENSAL. Com abertura prevista para o dia 06/04/2018, às 09h:00m. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA À SECRETARIA DE FINANÇAS DA RECEITA NA ÁREA DO IMPOSTO DE TERRITORIAL RURAL - ITR NO CUMPRIMENTO DOS TERMOS DO CONVÊNIO E NA IMPLEMENTAÇÃO DOS REPASSES DESTES TRIBUTOS AO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2018, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. O edital deverá ser retirado junto à Comissão Permanente de Licitação das 07h:00m às 11h:00m de segunda a sexta-feira. Mais informação através do fone: 0xx63 3383-1115. E-mail: cpl.cariri.to@gmail.com. Cariri do Tocantins - TO, 23 de março de 2018. Valdeineia Alves Campos - Pregoeira.

**COLINAS DO TOCANTINS****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 001/2018/FMSCO/TO  
REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2018  
FMSCO/TO - N DO PROCESSO: 2018000335  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018/FMSCO/TO**

Objeto: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada prestação de serviços, sob demanda, de propaganda volante, com gravação e divulgação de publicidade/informativos, em carros de som, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Colinas do Tocantins/TO.

Validade da Ata de Registro de Preço: 24/03/2019.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLINAS DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua Melcides Jose de Sirqueira, nº 165, Centro - Colinas do Tocantins/TO - CEP: 77.760-000, inscrito no CNPJ sob nº 11.359.904.0001-24, representada por seu atual Gestor o senhor FRANCISCO DE BARROS NETO, brasileiro, casado, Farmacêutico Bioquímico, inscrito no CRF/TO 149 e CPF nº 253.490.743-34, portador RG nº 1.281.364/GO, residente e domiciliado na Rua Filadélfia, nº 119, Centro, Colinas do Tocantins/TO

- CEP: 77.760-000, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Presencial SRP Nº 002/2018/FMSCO/TO, realizado em 16/02/2018, devidamente homologado, cuja homologação consta nos autos do Processo Administrativo nº 008/2018/FMSCO/TO - Nº do Processo: 2018000335, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da Lei 10.520/02 e Decreto 7.892/13, REGISTRAR OS PREÇOS, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento. DETENTORA/FORNECEDORA DA DATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A empresa JUNIOR JOSE DA SILVA - nome Fantasia: JUNIOR DO SOM, tipo de sociedade Microempreendedor Individual, endereço completo Rua Dr. Corinto, nº 1660 - Centro - Colinas do Tocantins/TO, CEP: 77.760-000 - telefones: (63) 3476-1446/98463-2808 - E-mail: junior.som@live.com, inscrita no CNPJ sob o nº 12.222.663/0001-30, Inscrição Municipal n. 300064701, neste ato representado pelo empresário JUNIOR JOSE DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 172.156 - 2ª Via, inscrito no CPF nº 881616681-91, brasileiro, residente e domiciliado Rua Dr. Corinto, nº 1660 - Centro - Colinas do Tocantins/TO, CEP: 77.760-000 - telefones: (63) 3476-1446/98463-2808 - E-mail: junior.som@live.com.

#### Dos Preços Registrados:

Item	Identificação dos itens	Unidade de medida	Quantidade	Preço Unitário Registrado	Valor total Registrado
01	Propaganda Volante através de veículo com equipamento sonoro, para prestação de serviço de som volante, incluindo todas as despesas por conta da contratada, inclusive a criação de mídia informativa, em diversos locais da cidade, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.	Horas	3.300	R\$ 40,00	R\$ 132.000,00

Obs: A íntegra da Ata de Registro de Preço nº 001/2018/FMSCO/TO, consta nos autos do Processo Administrativo nº 008/2018/FMSCO/TO - Nº do Processo: 2018000335.

Fundo Municipal de Saúde/TO, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Março de 2018.

FRANCISCO DE BARROS NETO  
Secretário Municipal de Saúde/Gestor do Fundo Municipal de Saúde

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMSCO/TO

#### REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2018/FMSCO/TO Nº DO PROCESSO: 2018000336 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2018/FMSCO/TO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLINAS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, torna público aos interessados, que fará realizar no dia 10 de Abril de 2018, às 09:00 horas, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2018/FMSCO/TO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, Fundamentado nas Leis Federal nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujo objeto visa o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada confecção de uniformes e aquisição de EPIs (Equipamento de Proteção Individual) em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I (Termo de Referência), o qual fica fazendo parte integrante do presente edital. O Edital e maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, na NOVA SEDE da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO, situada à Rua 23 A, s/n - Setor Aeroporto - Colinas do Tocantins/TO, nesta cidade, no horário das 07:h00min às 11h00min e das 13:h00min às 17h00min. Maiores Informações estarão disponíveis pelos telefones: (063) 3476-7008/99203-3987 e no e-mail: licitacao@colinas.to.gov.br.

Colinas do Tocantins/TO, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de Março de 2018.

Malvina da Cruz Nascimento  
Pregoeira

#### CRIXÁS DO TOCANTINS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Crixás do Tocantins Torna público LICITAÇÃO a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL R. DE PREÇO Nº 003/2018 - dia 13 de Abril de 2018 às 15:00, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, VISANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA BOMBAS E BICOS INJETORES.

Maiores informações através do Fones: (63) 3352-1118 ou 1140, das 08:00 às 11:00 horas de segunda a sexta-feira. Marinez Oliveira Marinho, pregoeira.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo de Saúde de Crixás do Tocantins Torna público LICITAÇÃO a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL R. DE PREÇO Nº 005/2018 - dia 12 de Abril de 2018 às 10:00, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a futuras aquisições de materiais odontológicos e medicamentos para o Fundo de Saúde de Crixás. Maiores informações através do Fones: (63) 3352-1118 ou 1140, das 08:00 às 11:00 horas de segunda a sexta-feira. Marinez Oliveira Marinho - Pregoeira.

#### EXTRATO DE CONTRATO

Fundamentação: Lei 8.666/93 e alterações posteriores.  
Processo nº 001/201, Modalidade Pregão nº 001/2018  
N. do contrato: Nº 013/2018

Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.

Contratado: FRADE E ROCHA LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.

Valor Total: R\$ 13.757,00 (treze mil setecentos e cinquenta e sete reais).  
Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.

Dotação: 10.302.0006.1024 4.4.90.52

N. do contrato: Nº 009/2018

Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.

Contratado: KM IND. E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.

Valor Total: R\$ 10.445,00 (dez mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).  
Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.

Dotação: 10.302.0006.1024 4.4.90.52

N. do contrato: Nº 005/2018.

Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.

Contratado: MAIS MED EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELLI - ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.

Valor Total: R\$ 11.115,00 (onze mil cento e quinze reais)

Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.

Dotação: 10.302.0006.1024/4.4.90.52

N. do contrato: Nº 006/2018

Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.

Contratado: MÚLTIPLA PAPELARIA LTDA - ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.

Valor Total: R\$ 4.299,00 (quatro mil duzentos e noventa e nove reais).

Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.

Dotação: 10.302.0006.1024/4.4.90.52

N. do contrato: Nº 014/2018

Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.

Contratado: OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.

Valor Total: R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais).

Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.

Dotação: 10.302.0006.1024/4.4.90.52

N. do contrato: Nº 007/2018

Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.

Contratado: RICHARDE AMORIM DA SILVA - ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.

Valor Total: R\$ 1.626,60 (um mil seiscentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.

Dotação: 10.302.0006.1024/4.4.90.52

N. do contrato: Nº 008/2018  
 Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.  
 Contratado: RJ INFORMÁTICA EIRELI - ME.  
 Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.  
 Valor Total: R\$ 4.675,00 (quatro mil seiscentos e setenta e cinco reais).  
 Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.  
 Dotação: 10.302.0006.1024/4.4.90.52

N. do contrato: Nº 004/2018  
 Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.  
 Contratado: VIA FORTE DISTRIBUIDORA - ME  
 Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.  
 Valor Total: R\$ 11.405,00 (onze mil e quatrocentos e cinco reais).  
 Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.  
 Dotação: 10.302.0006.1024/4.4.90.52

N. do contrato: Nº 011/2018  
 Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.  
 Contratado: CM CARDOSO DISTRIBUIDORA EIRELI - ME  
 Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.  
 Valor Total: R\$ 1.419,00 (um mil quatrocentos e dezenove reais).  
 Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.  
 Dotação: 10.302.0006.1024/4.4.90.52

N. do contrato: Nº 012/2018  
 Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.  
 Contratado: LUMINATA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME  
 Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.  
 Valor Total: R\$ 3.510,00 (três mil quinhentos e dez reais).  
 Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.  
 Dotação: 10.302.0006.1024/4.4.90.52

N. do contrato: Nº 010/2018  
 Contratante: Fundo Municipal Saúde de Crixás do Tocantins.  
 Contratado: TI CONSULTORIA E INFORMÁTICA EIRELI - ME  
 Objeto: O objeto do presente contrato é a VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O FUNDO DE SAÚDE DE CRIXÁS DO TOCANTINS.  
 Valor Total: R\$ 6.490,00 (seis mil quatrocentos e noventa reais).  
 Prazo de Vigência: O presente contrato terá a vigência, a partir de 07.02.2018 a 31.12.2018.  
 Dotação: 10.302.0006.1024/4.4.90.52

#### EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Crixás do Tocantins Torna público LICITAÇÃO a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL R. DE PREÇO Nº 003/2018 - dia 13 de Abril de 2018 às 15:00, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, VISANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA BOMBAS E BICOS INJETORES.

Maiores informações através dos Fones: (63) 3352-1118 ou 1140, das 08:00 às 11:00 horas de segunda a sexta-feira. Marinez Oliveira Marinho, pregoeira.

#### DARCINÓPOLIS

##### CÂMARA MUNICIPAL

#### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

A Câmara Municipal de Darcinópolis - TO, torna público que em virtude do não comparecimento de nenhum licitante ao Pregão Presencial Nº 001/2018, o certame foi declarado deserto pela Comissão de Licitação, cujo objetivo era a contratação de empresa para o fornecimento de gasolina comum, em virtude da demanda existente, no qual sua abertura seria realizada às 09h00min do dia 15 de Março de 2018.

#### EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

A Câmara Municipal de Darcinópolis - TO torna público para o conhecimento dos interessados que realizara a licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2018, cujo objetivo e a contratação de empresa para o fornecimento de gasolina comum, em virtude da demanda existente, com data de abertura prevista para ser realizado no dia 11 de Abril de 2018, às 09h00min. O edital poderá ser lidos e obtidos com seus anexos bem como serão prestadas as informações necessárias na sala da CPL/PMN, nos dias úteis das 07h00min às 13h00min.

Darcinópolis - TO, 23 de Março de 2018.

PAULO ALMEIDA FARIAS  
 Vereador Presidente

#### DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

##### FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 10º TERMO ADITIVO  
 CONTRATO DE SERVIÇOS nº 03/2014  
 OBRA: Construção de uma quadra poliesportiva coberta com vestiário.  
 CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação de Dois Irmãos do Tocantins - TO.  
 CONTRATADO: Construtora Rio Vermelho Ltda.  
 OBJETO: Valor e reajuste contratual de R\$ 33.467,22 (Trinta e três mil quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte dois centavos).  
 FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93, art. 65, §1º e demais premissas; e contrato nº 03/2014, tendo como origem a Tomada de Preços nº 003/2014.  
 RECURSOS: Orçamento próprio do exercício de 2018 do município de Dois Irmãos do Tocantins.  
 LOCAL E DATA: Dois Irmãos do Tocantins - TO, 23/03/2018.  
 SIGNATÁRIOS: Maria de Fátima R. da Silva Miranda - Gestora do Fundo Municipal de Educação - Contratante/Luciano Machado Pereira - Contratado.

Dois Irmãos do Tocantins - TO, 23 de Março de 2018.

Maria de Fátima R. da Silva Miranda  
 Gestora do Fundo Municipal de Educação

#### FORMOSO DO ARAGUAIA

#### PREGÃO PRESENCIAL 005/2018

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia/TO, torna público que fará realizar sob a égide da Lei nº 10.520/2002, e suas posteriores alterações, a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS, (PROC. ADM 2018/297) tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando aquisição de Materiais de Construção, dia 11 (onze) de Abril de 2018, às 08h00m (oito horas). A referida abertura acontecerá na sala de Reunião da Comissão de Licitação, situada na Av. Hermínio Azevedo Soares, nº 150, Centro, Formoso do Araguaia/TO. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados, das 07h00min às 13h00min no endereço supra, ou pelo fone: (63) 3357-2893, bem como através do site: www.formosodoaraguaia.to.gov.br/Transparencia/Prefeitura-Pregao-Presencial.

Formoso do Araguaia - TO, 26 de Março de 2018.

MARCOS SANTOS JORGE  
 Pregoeiro

## GURUPI

PORTARIA Nº064/2018

Gurupi 23 de Março de 2018.

“Dispõe sobre desistência de nomeado do concurso publico 003/2017 e dá outras Providências”

**TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL E APLICAÇÃO DE PENALIDADES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2018**

Processo Administrativo nº 6290/2017. Pregão presencial nº 063/2017. Contratante: Prefeitura Municipal de Gurupi - TO, por intermédio da Secretaria de Educação, CNPJ nº 17.527.397/0001-77. Contratada: COELHO E MORENO LTDA-ME, CNPJ nº 21.647.500/0001-90. Objeto: Termo de rescisão unilateral, aplicação de multa no valor de R\$ 6.265,44 (Seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) que corresponde a 2% do valor adjudicado ao lote 01, e suspensão temporária de participar de licitação e proibição de contratar com a administração pelo período de 02 (dois) anos referente ao contrato com objeto de contratação de pessoa jurídica para realização do transporte escolar dos alunos da educação básica pública de Gurupi - TO em 2018 prioritariamente da zona rural, firmado em 30/01/2018. Fundamentação Legal: artigos 77, 78, inciso I 79, inciso I, 87, inciso II e III da Lei nº 8.666/93 e cláusula oitava do contrato Nº 039/2018. Data de Rescisão: 22/03/2018.

Eurípedes Fernandes Cunha  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6740/2017**

O Município de Gurupi, Estado do Tocantins, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, por intermédio da Presidente da CPL, TORNA PÚBLICO, o CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS E PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS ESPECIALIZADOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL REFERENTE AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ETAPA PÓS-OCUPAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL E PROFISSIONAL DO RESIDENCIAL JOÃO LISBOA DA CRUZ. Entrega dos documentos a partir das 08h00min do dia 02/04/2018 às 18h00min do dia 09/04/2018. Local: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, instalada na BR-242, KM 407 (saída para a cidade de Peixe), Lote 4, gleba 8, parte do loteamento Fazenda Santo Antônio, CEP: 77.400-00, Gurupi/TO. Legislação: Lei Estadual nº 2.980/2015, Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações. Edital e anexos disponíveis no site: www.gurupi.to.gov.br. Gurupi/TO, 26/03/2018. Ynara Dourado Cabral. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

## CÂMARA MUNICIPAL

## SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Gurupi - TO, 23 de Janeiro de 2018

Prezados Senhores,

O Poder Legislativo Municipal de Gurupi - irá Contratar serviço de empresa especializada para prestação de serviços profissionais de Contabilidade Pública, no fechamento dos Balancetes dos meses de Março a dezembro/2018; Balanço Geral; e Assessoramento Contábil às Comissões da Câmara Municipal de Gurupi-TO.

Neste sentido; solicitamos a gentileza dessa empresa em nos apresentar Proposta Comercial o mais breve possível. Para podermos comparar os valores de mercado e em seguida realizarmos a devida instrução do processo legal de contratação.

Desde já agradecemos a atenção.

Observações:

- Na proposta devesa constar os dados cadastrais do(a) proponente;
- Constar validade mínima da proposta de 30 dias;
- Valores incluindo todos os custos direto e indireto, tributos, encargos etc;

Favor enviar para: Câmara Municipal de Gurupi, Departamento de Licitação

Fone: (63) 3315-1818 - por e-mail: cplgpi2015@outlook.com.

Gurupi - TO, 23 de Janeiro de 2018.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GURUPI, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que lhe faculta o art.52, inciso XVIII da Lei Orgânica do Município e o que dispõe o art.27, inciso II e paragrafo único do Regimento Interno deste Poder Legislativo e dada às necessidades e conveniências administrativas da Casa ,

CONSIDERANDO a Portaria de nº 061/2018, de 07 de Março de 2018, publicada no DOE de nº 5.069, de 12 de Março de 2018,

## RESOLVE:

**Art.º** - Informar o pedido de desistência do Sr. Cezar Henrique Ferreira Costa, convocado e nomeado para o cargo de Vigia da Câmara Municipal de Gurupi-TO.

**Art.2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrario.

## REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE,

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GURUPI, Estado do Tocantins, aos 23 (vinte e tres) dias do mês de Março de 2018.

Antônio Valdônio Rodrigues Loliola.  
Presidente da Câmara.

CÂMARA MUNICIPAL DE GURUPI-TO  
PUBLICADO NO PLACAR  
Dia 23/03/2018  
João Batista Parente Neres  
Coordenador de Protocolo



## Declaração

Eu, Cezar Henrique Ferreira Costa, RG 811.780 SSP/TO, residente e domiciliado na Av. Rio de Janeiro esq. c/ rua 2 s/n, setor Canaã, Gurupi TO, aprovado em primeiro lugar no concurso realizado em 2017 pela Câmara Municipal de Gurupi, para o cargo de Vigia e nomeado por meio da portaria 345/2017 desta casa de leis, **DESISTO** do cargo de Vigia da Câmara Municipal, devido estar aprovado em 1º lugar para o cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal de Gurupi-TO e nomeado pelo DECRETO Nº 0417, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018, sendo vedada a acumulação de cargos públicos.

GURUPI-TO, 22 de março de 2018.



Cezar Henrique Ferreira Costa  
CEZAR HENRIQUE FERREIRA COSTA  
CPF: 025.038.601-17



CÂMARA MUNICIPAL DE GURUPI-TO  
COORDENADORIA DE PROTOCOLO  
ENCAMINHO PARA: ARQUIVO DE PESSOAL DESTA CASA  
Carimbo/Assinatura  
João Batista Parente Neres  
Coordenador de Protocolo



RECEBEMO  
Em: / / 20  
HORÁRIO: h\_ Min.  
Assinatura

## ITACAJÁ

**EXTRATO DE CONTRATO 013/2018**

Processo Dispensa nº: 007/2018  
Contrato nº: 013/2018  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITACAJÁ, CNPJ: 11.372.183/0001-92.  
Contratada: ARAUJO E GONÇALVES LTDA - ME CNPJ: 17.911.300/0001-25  
Objeto: Contratação de empresa especializada, para a realização de exames de Ultrassonografias obstétricas, para atendimento de pacientes (Programa Rede Cegonha) da Rede Municipal de Saúde do Município de Itacajá - TO.  
Valor do contrato: R\$ 3.042,00 (três mil e quarenta e dois reais).  
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 Fonte de Recurso: 405  
Data da assinatura: 23/02/2018  
Vigência: 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.  
Dotação orçamentária: 10.301.1449.2.088  
Signatários: Rosivania Freitas Teixeira - Gestora do FMS  
Elisângela Gonçalves da Silva - Representante da Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 002/2018**

Processo Dispensa nº: 002/2018  
Contrato nº: 002/2018  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITACAJÁ, CNPJ: 11.372.183/0001-92.  
Contratada: DIAS & PEREIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - ME CNPJ: 10.528.028/0001-50.  
Objeto: contratação de serviços técnicos especializados na área de assessoria contábil, destinados a suprir as necessidades junto ao Fundo Municipal de Saúde de Itacajá - TO. Valor do contrato: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).  
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 Fonte de Recurso: 40  
Data da assinatura: 05/01/2018  
Vigência: 05 de janeiro de 2018 a 02 de março de 2018.  
Dotação orçamentária: 10.122.1448.2.087  
Signatários: Rosivania Freitas Teixeira - Gestora do FMS  
Auberany Dias Pereira - Representante da Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 005/2018**

Processo Dispensa nº: 004/2018  
Contrato nº: 005/2018  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITACAJÁ, CNPJ: 11.372.183/0001-92.  
Contratada: CLINICA MEDICA DOUGLAS VASCONCELOS ALENCAR EIRELI CNPJ: 29.375.204/0001-99  
Objeto: contratação de profissionais, médico clínico geral, pessoas físicas ou jurídicas, para atendimento ao município de Itacajá, na Unidade de Saúde - programa de saúde da família (Urbano), com jornada de trabalho de 40 horas semanais, e plantões médicos de 24 (vinte e quatro) horas no Hospital Municipal de Itacajá Nossa Senhora da Conceição.  
Valor do contrato: R\$ 60.106,00 (setenta mil cento e seis reais).  
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 Fonte de Recurso: 40 e 401  
Data da assinatura: 12/01/2018  
Vigência: 12 de janeiro de 2018 a 12 de março de 2018.  
Dotação orçamentária: 10.301.1449.2.088; 10.301.1449.2.089.  
Signatários: Rosivania Freitas Teixeira - Gestora do FMS  
Douglas Vasconcelos Alencar - Representante da Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 001/2018**

Processo Dispensa nº: 001/2018  
Contrato nº: 001/2018  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITACAJÁ, CNPJ: 11.372.183/0001-92.  
Contratada: LEANDRO FERNANDES CHAVES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CNPJ: 26.220.570/0001-80.  
Objeto: contratação de serviços técnicos especializados na área de assessoria jurídica, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Itacajá - TO.  
Valor do contrato: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).  
Natureza da Despesa: 3.3.90.35 Fonte de Recurso: 40  
Data da assinatura: 05/01/2018  
Vigência: 05 de janeiro de 2018 a 02 de março de 2018.  
Dotação orçamentária: 10.122.1448.2.087  
Signatários: Rosivania Freitas Teixeira - Gestora do FMS  
Leandro Fernandes Chaves - Representante da Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO 004/2018**

Processo Dispensa nº: 003/2018  
Contrato nº: 004/2018  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITACAJÁ, CNPJ: 11.372.183/0001-92.  
Contratada: PRADO TECNOLOGIA EIRELI - EPP CNPJ: 07.727.569/0001-00  
Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licença de uso de Programa de Informática (Softwares) abrangendo Migração, instalação e manutenção dos Sistemas de: Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Gestão do Patrimônio; Controle Tributário, Solicitação de Compras e controle de Almojarifado, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Itacajá.  
Valor do contrato: R\$ 2.072,60 (dois mil e setenta e dois reais e sessenta centavos).  
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 Fonte de Recurso: 40  
Data da assinatura: 10/01/2018  
Vigência: 10 de janeiro de 2018 a 02 de março de 2018.  
Dotação orçamentária: 10.122.1448.2.087  
Signatários: Rosivania Freitas Teixeira - Gestora do FMS  
Arquilene Viana Prado - Representante da Contratada.

**JAÚ DO TOCANTINS****AVISO DE PUBLICAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE JAÚ DO TOCANTINS, torna público que fará realizar o seguinte Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, conforme segue abaixo:

PREGÃO PRESENCIAL SRP - Nº 001/2018/PMJ-TO - Aquisição de retroscavadeira para apoio à capacidade produtiva do município de Jaú do Tocantins. Data: 12/04/2017 às 08h00min.

Editais e mais informações na CPL de Jaú do Tocantins, sito a Rua 02, nº 388, Centro - Jaú do Tocantins/TO.

Vanessa de Jesus Silva da Costa  
Pregoeira

**PALMEIRÓPOLIS****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****AVISO DE LICITAÇÃO**

O Fundo Municipal de Saúde de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, comunica que estará realizando às 09h00min do dia 11 de Abril de 2018, na sede da Prefeitura Municipal de Palmeirópolis na Rua 12, nº 224, Centro, CEP: 77.365-000, Palmeirópolis - TO, em sessão pública, na forma da Lei 8.666/1993, e atualizações posteriores, processo interno Nº 00425/2018 e licitação na modalidade Pregão Presencial nº 03/2018-FMS, com objetivo para: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Medicamentos hospitalares, atenção básica, saúde bucal, insumos e correlatos para atender a demanda do Fundo Municipal de saúde de Palmeirópolis - TO, Tipo Menor Preço por Item - com conta de 25% para MEI, ME E EPP. O Edital e demais anexos serão retirados no portal da Prefeitura Municipal de Palmeirópolis. Maiores informações pelo Telefone: (63) 3386-1813.

Palmeirópolis - TO 26 de Março de 2018.

Taysson Patrich de Souza Reis  
Pregoeiro Substituto  
Decreto nº 824/2018

**PARAÍSO DO TOCANTINS****PORTARIA MUNICIPAL Nº 04/2018, DE 09 DE MARÇO DE 2018.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS no uso de suas prerrogativas constitucionais, com fulcro no art. 2º da Instrução Normativa TCE nº 14/2003, diante do não cumprimento do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta nº 30/2009, firmado com o Ministério Público do Trabalho, processo original nº 0000023-73.2014.5.10.0802, em que houve a consequente Ação de Execução de Termo de Ajuste de Conduta (991), cujos valores readequados judicialmente totalizam o montante de R\$ 322.058,69 trezentos e vinte e dois mil, cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), originária do referido descumprimento, cujo montante vem sendo arcado pelos cofres municipais.

Considerando, o dever da administração em exigir a boa e regular aplicação dos recursos públicos diante de pressupostos de dano ao erário Municipal, momento que deve identificar os responsáveis por omissão no dever da função pública, apurar os fatos e quantificar o dano, em atendimento à recomendação da Controladoria-Geral deste Município e em cumprimento ao que estabelece ao art. 75 da Lei Orgânica do TCE/TO nº 1.284/01.

**RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Tomada de Contas Especial, para realizar a apuração do fatos, identificação dos responsáveis e quantificação de possível dano, nos termos da Instrução Normativa TCE nº 14/2003, referente ao descumprimento do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta nº 30/2009, processo original nº 0000023-73.2014.5.10.0802, que gerou a Ação de Execução de Termo de Ajuste de Conduta (991) oriunda do Ministério Público do Trabalho 10ª Região, cujos valores readequados judicialmente totalizam o montante de R\$ 322.058,69 trezentos e vinte e dois mil, cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

Art. 2º Designar os servidores Deanitânia Santos Lima, Mat. 192, Neuza Helena Inácia Rua, Mat. 610 e Kilmes Daihan Alves Maia Fortaleza, Mat. nº 4687, para sob a presidência do primeiro, realizar procedimentos de Tomada de Contas Especial nº 01/2018, devendo os servidores apresentar o relatório e demais documentos que consubstanciam o procedimento no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogável.

Art. 3º Os referidos procedimentos deverão ser realizados nos termos da Instrução Normativa TCE Nº 14/2003 e demais normas afins.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSIRENE GOMES LEAL  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

MOISÉS NOGUEIRA AVELINO  
Prefeito

**PORTARIA MUNICIPAL CONJUNTA Nº 005/2018**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS, no uso de suas prerrogativas constitucionais em cumprimento ao estabelecido no art. 75 da Lei Estadual nº 1.284/01 e art. 10 da Lei Federal nº 8.429/02, em que foram constatadas irregularidades por parte do Tribunal de Contas do Estado, por meio da Inspeção nº 02/2017, com possível de dano ao Erário causado e praticado por parte da Fundação Evangélica Restaurar, cujo Presidente o Senhor DÁRIO LOUREIRO GUIMARÃES administrou, recebeu e gerenciou os recursos em que houve ainda o descumprimento aos Termos dos Convênios nº 01/2015 (Fundo Municipal de Saúde), nº 01/2015 (Secretaria Municipal de Educação) nº 01/2015 (Secretaria Municipal de Assistência Social) firmados com essa municipalidade cujos valores pagos efetivamente totalizam R\$ 9.961.706,05 (nove milhões, novecentos e sessenta e um mil, setecentos e seis reais e cinco centavos);

Considerando, primordialmente, a recomendação da Controladoria-Geral do Município, assim como o dever da administração em exigir a boa e regular aplicação dos recursos públicos apurando as responsabilidades nos atos de má gestão praticados, bem ainda promover o devido respaldo dos atos da gestão contábil, financeira, em que houve pressupostos apontados pela Corte de Contas de dano em “despesas com assessorias”, entre outras irregularidades, por parte da supracitada Entidade ao erário no valor de R\$ 793.817,14 (Fundo Municipal de Saúde), R\$ 329.035,37 (Secretaria Municipal de Educação) e R\$ 272.050,33 (Secretaria de Assistência Social).

Considerando, por fim, que diante dos atos de ingerência que possivelmente ocasionaram dano ao Erário a autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar as providências cabíveis, em cumprimento ao estabelecido nas supracitadas normas;

**RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Tomada de Contas Especial, para realizar a apuração do fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, referente aos Termos dos Convênios nº 01/2015 (Fundo Municipal de Saúde), nº 01/2015 (Secretaria Municipal de Educação) nº 01/2015 (Secretaria Municipal de Assistência Social) firmados com a Fundação Evangélica Restaurar de responsabilidade do Senhor Presidente DÁRIO LOUREIRO GUIMARÃES;

Art. 2º Designar os servidores Deanitânia Santos Lima, Mat. 192, Neuza Helena Inácia Rua, Mat. 610 e Kilmes Daihan Alves Maia Fortaleza, Mat. nº 4687, para sob a presidência do primeiro, realizar procedimentos de Tomada de Contas Especial em cumprimento ao art. 75 da Lei 1.284/01, devendo os servidores apresentar o relatório e demais documentos que consubstanciam o procedimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogável, considerando o volume e complexidade de informações que possivelmente possam surgir durante a apuração dos fatos;

Art. 3º Os referidos procedimentos deverão ser realizados nos termos da Instrução Normativa TCE Nº 14/2003 e demais normas afins;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso do Tocantins - TO, aos 20 dias do mês de março de 2018.

ROSIRENE GOMES LEAL  
Secretária de Saúde

LIZETE DE SOUSA COELHO  
Secretária de Educação e Cultura

ANNA PAOLA OLIVEIRA MELO TORRES  
Secretária de Assistência Social

MOISÉS NOGUEIRA AVELINO  
Prefeito

**EDITAL CONJUNTO DE CITAÇÃO Nº 02/2018**

O Prefeito do Município de Paraíso do Tocantins, juntamente com os Gestores das Pastas nas quais foram executados os Convênios firmados com a Fundação Evangélica Restaurar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65 da Constituição Estadual e demais normas, por meio desta FAZ SABER ao Senhor DÁRIO LOUREIRO GUIMARÃES (CONSIDERANDO QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO), presidente dessa Fundação, para fins de cumprimento ao art. 2º da Instrução Normativa TCE nº 14/03, em especial o Parágrafo Único do art. 70 da CF/88, objetivando a apuração da execução nos valores transferidos para o desenvolvimento das atividades da Fundação Evangélica Restaurar em que administrou, recebeu e gerenciou o montante de R\$ 9.961.706,05 (nove milhões, novecentos e sessenta e um mil, setecentos e seis reais e cinco centavos), momento que deste montante utilizados por meio dos Termos dos Convênios nº 01/2015 (Fundo Municipal de Saúde), nº 01/2015 (Secretaria Municipal de Educação) nº 01/2015 (Secretaria Municipal de Assistência Social) houveram pressupostos de dano apontados pela Corte de Contas em “despesas com assessorias”, entre outras irregularidades,

por parte da supracitada Entidade no valor de R\$ 793.817,14 (Fundo Municipal de Saúde), R\$ 329.035,37 (Secretaria Municipal de Educação) e R\$ 272.050,33 (Secretaria de Assistência Social). Ante todo o exposto, tais valores a serem ressarcidos totalizam R\$ 1.394.902,84 (um milhão, trezentos e noventa e quatro mil e oitenta e quatro reais), devendo os mesmos serem comprovados a sua restituição à Conta Corrente nº 6565-X, Agência nº 0804-4, Banco do Brasil (Banco 001) em Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins.

No caso do não atendimento, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, será decretada revelia, conforme determinação legal, art. 75 da Lei Estadual nº 1.284/01, §4º do art. 57 Regimento Interno TCE/TO, IN/TCE nº 09/2006 e INTCE nº 14/03.

Paraíso do Tocantins - TO, aos 20 dias do mês de março de 2018.

ROSIRENE GOMES LEAL  
Secretária de Saúde

LIZETE DE SOUSA COELHO  
Secretária de Educação e Cultura

ANNA PAOLA OLIVEIRA MELO TORRES  
Secretária de Assistência Social

MOISÉS NOGUEIRA AVELINO  
Prefeito

## PARANÁ

### CÂMARA MUNICIPAL

#### AVISO DE REPUBLICAÇÃO

Na matéria publicada no Diário Oficial do Estado, nº 5.069, pág. 22, no dia 12 de março de 2018, Onde se lê: Pregão Presencial SRP nº 011/2018. Proc. 011/2018. Abertura dia 23 de Março de 2018, às 08:hs00min, tendo por objetivo: Aquisição de material de Expediente. Pregão Presencial SRP nº 012/2018. Proc. 012/2018. Abertura dia 23 de Março de 2018, às 10:hs00min, tendo por objetivo: Aquisição de gêneros alimentícios/Material de Limpeza, Leia-se: Pregão Presencial SRP nº 011/2018. Proc. 011/2018. Abertura 12 de abril de 2018, às 08:hs00 min. Pregão Presencial SRP nº 012/2018. Proc. 012/2018. Abertura 12 de abril de 2018, às 10:hs00min. O Edital e seus anexos estará disponível a todos os interessados na sala de Licitações por meios magnéticos (CD ROM, Pen-Drive) no horário compreendido entre as 07:30hs e 13:30hs. Mais informações através do Telefone: (63) 3371-1300 ou ainda pelo e-mail: legislativoparana@gmail.com. Paranã, Estado do Tocantins dia 26 de março de 2018.

Ozeias Pinto Cerqueira  
Presidente da Câmara

## PORTO NACIONAL

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 GAB - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018 GAB

O Município de Porto Nacional - TO através do GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL torna publico o Registro de Preços referente ao Processo nº 17-08855, Concorrência Pública Nº 001/2018 GAB, julgamento tipo Melhor Técnica e preço, cujo objeto se trata REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS, COMUNICAÇÃO, PROGRAMAS, AÇÕES, E CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, COMPREENDENDO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PEÇAS E CAMPANHAS AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, BEM COMO AS

DEMAIS ATIVIDADES COMPLEMENTARES, PARA AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS NO ÂMBITO DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE PORTO NACIONAL, tendo como vencedor a Empresa: AIM COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA S/C LTDA - ME - CNPJ 63.079.008/0001-05, vencedora dos itens com os seguintes percentuais: I - Desconto, a ser concedido, sobre os custos internos dos serviços executados por esta empresa, baseada na tabela referencial de preços do Sindicato das Agencia de Propaganda do Tocantins. 50% (cinquenta por cento); II - Honorários a serem cobrados, referentes à produção de peças e materiais cuja distribuição não nos proporcione o desconto padrão de agencia concedido pelos veículos de divulgação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros: 3% (três por cento); III - Honorários a serem cobrados, incidentes sobre os custos de outros serviços realizados por terceiros, referentes a elaboração de marcas de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual: 1% (um por cento); IV - Honorários a serem cobrados na reutilização de peças por período igual ao inicialmente pactual. O percentual máximo em relação ao cache original a ser pago pela contratante, a atores e modelos, pelos direitos de uso de imagem e som de voz: 2% (dois por cento); V - Honorários, a serem cobrados na reutilização de peças por período igual ao inicialmente pactuado. O percentual máximo em relação ao valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela contratante aos detentores dos direitos patrimoniais de uso dessas obras: 2% (dois por cento); Totalizando o Valor Estimado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). A Ata de Registro de Preços terá vigência até 01/03/2019 e esta disponível na Comissão de Licitação. Maiores informações no endereço Av. MURILO BRAGA, Nº 1887, CENTRO, PORTO NACIONAL, CEP: 77.500-000.

PORTO NACIONAL - TO, 02 DE MARÇO DE 2018.

Fernando Aires dos Santos  
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito Municipal

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

#### EXTRATO DE CONTRATO

a) Espécie: Extrato do Contrato nº 003/2018, firmado em 22.02.2018, entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER CNPJ (MF) nº 27.051.511/000199 e o Sr. Joaquim Nunes do Amaral, CPF Nº 440.303.041-68.; b) Objeto: O CREDENCIADO, como profissional liberal, com vinculação hierárquica e funcional com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, prestará serviços de atendimento na Escola Municipal de Formação Integral Vereadora Marieta Pereira de Macedo; c) Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações; d) Processo: 001752/2018; e) Vigência: 22 (vinte e dois) meses a partir da data de sua assinatura; f) Dotações: 20.2022.27.813.0046.2262 3.3.90.36-99 fonte 2070 ; g) Valor: R\$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais); h) Signatários: pelo Contratante, Sr. Salmon Alves Pugas e pelo Contratado Sr. Joaquim Nunes do Amaral.

a) Espécie: Extrato do Contrato nº 005/2018, firmado em 05.03.2018, entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CNPJ (MF) nº 27.051.511/000199 e a empresa SYULRA CRISTINA BORGES LIMA 00537239103, CNPJ sob o nº 23.151.396/0001-73; .b) Objeto: Prestação de serviços gráficos para efeito de publicidade visual: lonas impressas com temas específicos e banners; c) Fundamento Legal: Lei 8.666/1993 e alterações posteriores; d) Processo: nº 001680/2018; e) Vigência: 05 dias a partir da assinatura do contrato; f) Dotação: 20.2022.27.0067.2034-63 fonte 10; g) Valor total: R\$ 3.208,15 (três mil duzentos e oito reais e quinze centavos); h) Signatários: pelo Contratante, Sr. Salmon Alves Pugas e pela Contratada Srª Syulra Cristina Borges Lima.

a) Espécie: Extrato do Contrato nº 008/2018, firmado em 19.03.2018, entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER CNPJ (MF) nº 27.051.511/000199 e o Sr. Jayanderson Gomes de Sousa, CPF Nº 376.365.198-52; b) Objeto: O CREDENCIADO, como profissional liberal, com vinculação hierárquica e funcional com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, prestará serviços de atendimento na Escola Municipal de Formação Integral Vereadora Marieta Pereira de Macedo; c) Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações; d) Processo: 001752/2018; e) Vigência: 21 (vinte e um) meses a partir do dia 22 de março de 2018; f) Dotações: 20.2022.27.0046.2262 3.3.90.36-99 fonte 2070; g) Valor: R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais); h) Signatários: pelo Contratante, Sr. Salmon Alves Pugas e pelo Contratado Sr. Jayanderson Gomes de Sousa.

a) Espécie: Extrato do Contrato nº 009/2018, firmado em 19.03.2018, entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER CNPJ (MF) nº 27.051.511/000199 e a Srª Jôycielle Rodrigues de Sousa, CPF Nº CPF: 050.602.961-13; b) Objeto: O CREDENCIADO, como profissional liberal, com vinculação hierárquica e funcional com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, prestará serviços de atendimento na Escola Municipal de Formação Integral Vereadora Marieta Pereira de Macedo; c) Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações; d) Processo: 001752/2018; e) Vigência: 21 (vinte e um) meses a partir do dia 22 de março de 2018; f) Dotações: 20.2022.27.0046.2262 3.3.90.36-99 fonte 2070; g) Valor: R\$ 18.175,50 (dezoito mil, cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos); h) Signatários: pelo Contratante, Sr. Salmon Alves Pugas e pela Contratada Sr. Jôycielle Rodrigues de Sousa.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

a) Extrato do Primeiro Termo Aditivo do processo nº 7548/2017 e contrato de nº 016/2017, firmado em 29.12.2017; b) Partes: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE, CNPJ (MF) nº 27.064.964/0001-5 e a empresa A SILVA FILHO - ME, inscrito no CNPJ nº 05.433.887/0001-25; c) Objeto: termo aditivo de prazo: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 06 (seis) meses a contar do dia 01 janeiro de 2018; d) Ratificação: ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato.

a) Extrato do Primeiro Termo Aditivo do processo nº 8842/2017 e contrato de nº 020/2017, firmado em 29.12.2017; b) Partes: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE, CNPJ (MF) nº 27.064.964/0001-5 e a empresa G. J. DE AGUIAR & CIA LTDA, CNPJ: 04.330.286/0001-24; c) Objeto: termo aditivo de prazo: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 06 (seis) meses a contar do dia 01 janeiro de 2018; d) Ratificação: ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato.

a) Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2017 do Processo nº 9513/2017, firmado em 28.12.2017; b) Partes: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE, CNPJ (MF) nº 27.064.964/0001-50 e a empresa SYLRA CRISTINA BORGES LIMA 00537239103, CNPJ nº 37.421.336/0001-38; c) Objeto: Termo Aditivo referente a Prestação de Serviços Gráficos para atender a demanda de impressão/plotagem de projetos da Superintendência Municipal de Projetos (Capitação de Recursos); d) Prazo: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 06 (seis) meses a contar do dia 01 de janeiro de 2018; e) Ratificação: ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato.

**EXTRATO DE CONTRATO**

a) Espécie: Extrato do Contrato nº 0042/2017, firmado em 26.10.2017, entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE, CNPJ (MF) nº 27.064.964/0001-50 e o Sr. Felix Seabra de Lemos Neto, CPF nº 007.775.451-44; b) Objeto: Contratação de profissional para ministrar palestra sobre Direitos Trabalhistas das Empregadas domésticas para os beneficiários do Projeto de Trabalho Técnico Social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Recurso FAR, do Empreendimento Conjunto Paraíso-Convênio nº 0392.923-31/2012; c) Fundamento Legal: 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; d) Processo: 010685/2017; e) Vigência: data assinatura do contrato finalizando dia 27 de outubro de 2017; f) Dotação: 16.482.0088.1.047 3.3.90.36-28 fonte 2070; g) Valor: R\$ 800,00 (oitocentos reais); h) Signatários: pela Contratante, Srª Flávia Teixeira Halum Ayres e pelo Contratado Sr. Felix Seabra de Lemos Neto.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO  
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS  
AMBIENTAIS**

A JUNTA DE IMPUGNAÇÃO FISCAL (JIF) torna pública a pauta de julgamento dos Processos Administrativos referentes à apuração de infração ambiental, que serão apreciados em até 60 (sessenta) dias contados da publicação do edital, na Sala da JIF - sediada na Av. Presidente John Kennedy, nº 1553, Setor Aeroporto, Porto Nacional-TO, onde as partes abaixo relacionadas ficam desde já notificadas por este Edital da Sessão de Julgamento, para querendo apresentar alegações finais no prazo máximo de 10 (dez) dias, também contados da publicação deste edital.

**1ª SESSÃO JULGADORA**

PROCESSO Nº	AUTUADO	CNPJ/CPF
9073/2017	Primo Comércio Varejista de Produtos Alimentícios EIRELI-ME	20.925.267/0001-05
9213/2017	Mércio Coelho Pinto - ME	06.554.962/0001-79
9082/2017	Super Açaí EIRELI-ME	14.584.113/0001-96
9143/2017	WJC Comércio Varejista de Produtos Alimentícios LTDA-ME	23.063.632/0001-08
9080/2017	Paulo de Torcio Gomes da Silva -ME	17.560.505/0001-03
9078/2017	Antônia Coelho Rodrigues - ME	03.916.430/0001-46
9145/2017	N.P. DAS. Scheguscheviske - ME	20.014.496/0001-60
000315/2018	Vila Nova CIA LTDA- ME	19.981.172/0001-11
11637/2017	Marcos Antônio Romano	606.297.111-00
9206/2017	Milton Guarese - EIRELI	26.750.380/0002-56
9208/2017	Milton Guarese EIRELI	26.750.380/0001-75
9142/2017	M A Guarese - EIRELI	19.098.948/0001-50
9769/2017	Canbras Construtora e Incorporadora EIRELI- ME	12.335.752/0001-92
9091/2017	V.M.J Comércio de Produtos Alimentícios LTDA	00.291.066/0001-88
9071/2017	Quarteto Supermercados LTDA	02.397.343/0005-90
8789/2017	Maetra Comércio de Combustíveis e Lubrificantes LTDA	01.630.610/0012-94
7549/2017	João Helder Vilela	346.485.936-34
8003/2017	L.V Almeida - ME	18.651.850/0001-15
8148/2017	Construtora ALJA LTDA	25.050.261/0001-47
7897/2017	R & R Empreendimentos Imobiliários LTDA	18.958.859/0001-73
10377/2017	G4 Empreendimentos Imobiliários LTDA	18.083.373/0001-39

**SÃO BENTO DO TOCANTINS**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 001/2018**

O Prefeito do Município de São Bento do Tocantins/TO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 43, Parágrafo VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Homologar a Licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA nº 001/2018, objetivando contratação de Empresa Especializada, que em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, executará os serviços de: Infraestrutura Urbana com pavimentação de ruas e avenidas - Contrato de Repasse nº 848103/2017/MCIDADES/CAIXA PROCESSO Nº 2636.1043031-26/2017, julgada no dia 22/03/2018, e, por está de acordo com a Legislação em vigor, à proponente: CONSTRUTORA CANINDÉ EIRELI, inscrita no CNPJ nº 17.319.044/0001-81, vencedora da Licitação em epígrafe, em sua totalidade no valor de: R\$ 1.995.670,51 (Hum milhão novecentos e noventa e cinco mil e seiscentos e setenta reais e cinquenta e um centavos). Dotação Orçamentária: 26.451.0501.1015 - 4.4.90.51.

São Bento do Tocantins - TO, 26 de Março de 2018.

Ronaldo Rodrigues Parente  
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL/SRP**

ÓRGÃO: Fundo Municipal de Assistência Social.

PROCESSO Nº: 002PP/SRP/2018

MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 002/2018.

OBJETO: Seleção de Proposta mais vantajosa para Registro de Preços, visando eventuais e futuras aquisições de gêneros alimentícios, produtos de higiene, limpeza e utensílios domésticos, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

DATA DA ABERTURA: 09/04/2018,

HORA DA ABERTURA: 09h00min.

LOCAL DE ABERTURA e retirada do Edital e Anexos: Sala do Setor de Licitações, sito à Praça Osvaldo Franco, 62, centro. Informações: (63) 3487 1294.

São Bento do Tocantins - TO, 23 de Março de 2018.

Antônio Pereira da Silva  
Pregoeiro**PUBLICAÇÕES PARTICULARES****EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A empresa: FUTURA COMUNICAÇÃO GRÁFICA E EDITORA LTDA (FUTURA COMUNICAÇÃO GRÁFICA). CNPJ: 05.615.600/0001-88, torna público que requereu à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PALMAS DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL GERENCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, a alteração do endereço: Quadra 104 Sul, Avenida NS 2, S/N, Lote 3 (Conj. 03, Lote 2, Fundos Rua: SE 05, Nº 3), Plano Diretor Sul - Palmas - Tocantins. CEP: 77.020-030. Para o endereço: Quadra 104 Sul, Rua SE 5, Conjunto 03, Lote 04, Plano Diretor Sul, Palmas - TO. CEP: 77.020-030. Para liberação da Renovação da Licença Municipal de Operação, para desenvolver a atividade de Edição de livros (Impressão de material para uso publicitário). O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, Lei Municipal 1011/2011 e Decreto Municipal 244/2002 que dispõe sobre o licenciamento Ambiental.

Palmas - TO, 26 de Março de 2018.

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA  
DE ENERGIA S.A.  
Companhia Fechada

CNPJ/MF nº 25.086.034/0001-71 - NIRE 17.300.000.027

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os acionistas da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") para se reunirem no dia 03 de abril de 2018, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na 104 Norte, Conjunto 04, Lote 12-A, Plano Diretor Norte, CEP 77006-032, na Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) em Assembleia Geral Ordinária: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e (c) eleição de membros para o Conselho de Administração da Companhia para um mandato de 02 (dois) anos. (ii) em Assembleia Geral Extraordinária: (a) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia; (b) aprovar aumento do capital social sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da reserva de capital "incentivo fiscal - redução de imposto de renda"; (c) aprovar

a alteração da redação do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e seus parágrafos, aumentando de 8 (oito) para 9 (nove) o número máximo de diretorias estatutárias; bem como implementar alterações na nomenclatura e atribuições das diretorias estatutárias da Companhia, de forma a criar uma uniformização com as demais distribuidoras do grupo Energisa; e (d) consolidação do Estatuto Social da Companhia. Instruções aos Participantes: - Para que os acionistas ou seus representantes legais sejam admitidos nas Assembleias, deverão comparecer munidos dos seguintes documentos: (i) se pessoa física: comprovante da qualidade de acionista emitido pelo agente de custódia, documento de identidade e, se for representada por procurador, o instrumento de mandato; (ii) se pessoa jurídica: comprovante da qualidade de acionista emitido pelo agente de custódia, Estatuto ou Contrato Social e ata de eleição dos administradores. Se for representada por procurador, apresentar também o instrumento de mandato. Para que a Companhia possa organizar as Assembleias, solicitamos que tais documentos sejam encaminhados para o endereço eletrônico do Gerente de Relações com Investidores da Companhia, o Sr. Carlos Aurélio Martins Pimentel (caurelio@energisa.com.br), ou depositados na sede da Companhia com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização das Assembleias. O acionista que comparecer às Assembleias munido dos documentos exigidos poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

Palmas - TO, 22 de Março de 2018.

Ivan Muller Botelho  
Presidente do Conselho de Administração**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A Empresa Canaa Auto Center Eireli - ME, CNPJ: 23.243.907/0001-87, torna público que requereu à Secretaria de Planejamento, Regulação, Habitação e Meio Ambiente de Porto Nacional - TO as Licenças (Prévia, Instalação e Operação), para a atividade de Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, com endereço no LOT Residencial Laguna II, QD 03, LOTE 01, RUA A, S/N, Distrito do Luzimangues, Porto Nacional/TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, Resolução COEMA-TO nº 07/2005, que dispõem sobre o licenciamento ambiental.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A Pessoa Jurídica DIAMANTE AGRO LTDA, inscrita no CNPJ 23.828.180/0001-08, torna público que requereu a INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, a LP, LI e LO. Para atividade de Beneficiamento de Arroz e Comércio Atacadista. Situado no Parque Agroindustrial de Paraíso do Tocantins - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA 237/97 e COEMA 07/05, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental desta Atividade.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A empresa GUARAI ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ 02.764.530/0001-31, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, o Licenciamento Ambiental na Modalidade de Guia de Utilização, para aquisição de Licenças LP, LI e LO e Outorga de Recursos Hídricos, localizada na Fazenda Garrafas Guaraí, zona rural do município de Almas - Tocantins.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

IVANCLÉRIO FERREIRA DOS SANTOS, CPF: 331.478.501-10, torna público requerendo aos órgãos: Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, e IBAMA, Projetos de Licenciamento de atividades Ambientais - agropecuário: (LP, LI, LO, Outorga d'água, Barramento, Declaração de Uso Insignificante da água (DUI)), da propriedade denominada Unificação dos Lotes 13-A, 13-B e 13-E, DESM. DO LOTE 13, DOS LOTEAMENTOS TOCANTINS e SÃO VALÉRIO, situada no município de Peixe - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/1997 e Resolução COEMA-TO Nº 007/2005.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A empresa MARIA DE LOURDES M PALMA (Madeira Santa Rosa), CNPJ 97.384.093/0001-37, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO), para a atividade de Comércio Varejista de Madeira e Artefatos, localizada na Rua Antônio Nunes da Silva, S/N, Lotes 15 e 16, Quadra 24, CEP: 77.433-560, Setor Alto da Boa Vista em Gurupi - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e do COEMA nº 007/2005 as quais dispõem sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A empresa R e R Empreendimentos e Serviços LTDA CNPJ 01.195.098/0002-23, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a renovação de Autorização de Tratamento e disposição de resíduos perigosos: Transporte de Cargas Perigosas - ATCP-111 Nº 1459-2016, número do processo: 1211-2016-M, localizada na Av. Rio Grande do Norte, Qd. 08, Lt. 01/02, Setor Industrial de Taquaralto.

**FUNDAÇÃO UNIRG****AVISO DE LICITAÇÕES**

A Fundação UNIRG torna público que realizará licitações na seguinte conformidade:

Pregão Eletrônico nº 001/2018, do tipo menor - por item preço (REPUBLICAÇÃO). Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes e de Consumo para Atendimento Fisioterapêutico, Dia: 12/04/2018 às 9h (horário Brasília);

Pregão Presencial - SRP nº 007/2018, do tipo Menor preço - por Item. Objeto: de Material de Jardinagem, Ferramentas e Produtos de Controle de Pragas, Dia: 13/04/2018 às 9h (horário local).

Pregão Presencial - SRP nº 010/2018, do tipo Menor preço - por item. Objeto: Aquisição de Grama Esmeralda, Vasos e Plantas - Jardinagem e Paisagismo, Dia: 17/04/2018 às 9h (horário local).

As sessões acontecerão na sala da Comissão Permanente de Licitação, no Centro Administrativo da Fundação UNIRG, localizado na Avenida Pará, nº 2.432, Setor Engenheiro Waldir Lins II, CEP: 77.423-250, Gurupi/TO. A cópia do Edital, na íntegra, poderá ser retirada no portal: [www.unirg.edu.br](http://www.unirg.edu.br) e maiores informações através do e-mail: [cpl@unirg.edu.br](mailto:cpl@unirg.edu.br) ou pelo telefone: (63) 3612-7505.

Gurupi - TO, 26 de Março de 2018.

Judson Rodrigues de Santana Costa  
Pregoeiro

**EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 012/2018**

A Fundação UNIRG, torna público, que foi firmado contrato com a empresa PRIME TELAS COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ: 24.275.840/0001-25 no valor total de R\$ 14.415,00 (Quatorze mil quatrocentos e quinze reais), para a aquisição de materiais para cercamento do Campus I do Centro Universitário UnirG, constante no Processo Administrativo nº 2017.02.021727.

Gurupi - TO, aos 19 dias do mês de março de 2018.

THIAGO LOPES BENFICA  
Presidente da Fundação UNIRG

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

Roselena Fidelio Marinho Leite Wanderley, Inscrita no CPF de nº 815.242.261-49, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO, para a atividade de Bovinocultura, localizada no Lote 235, Zona Rural do Município de Abreulândia - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/97, e COEMA nº 07/05 que dispõem sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A empresa RSD IND. E COMERCIO DE MOVEIS LTDA (Remigio Móveis), CNPJ 02.106.740/0001-32, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Renovação da Licença de Operação (LO) para a atividade de Fabricação de móveis, com endereço na Rua Antonio Nunes da Silva, nº 1067, Qd. 24, Lotes 09 e 10, Setor Alto da Boa Vista, CEP: 77.425-295, município de Gurupi - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e do COEMA nº 007/2005 as quais dispõem sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL  
DO EXERCÍCIO DE 2018 DO SINTEC**

O SINDICATO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS - SINTEC, com CNPJ nº 07.739.130/0001-90, sediado na Quadra 104 Norte, Rua NE 09, Conj. 02, Lote 06, Sala 15, Galeria Nakatsugawa Center, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-028, Palmas - TO, com código sindical nº 913.000.000.26727-2. Entidade de classe representativa de primeiro grau que representa todos os servidores efetivos, ativos e inativos, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (Lei nº 1.526, de 17 de Dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial nº 1.824), na forma da Lei, em especial no que dispõe o art. 605 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), COMUNICA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS - TCE/TO, nas pessoas e a quem compete, sobre a obrigatoriedade do desconto na folha de pagamento do mês de março de 2018, de todos os servidores públicos, trabalhadores públicos e empregados públicos, estatutários, contratados temporariamente e celetistas ocupantes de cargos efetivos, contratos e de cargos em comissão, a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL prevista no art. 8º, inciso IV da CF e art. 582 da CLT, com observância, ainda, dos demais artigos do capítulo III do título V do mesmo diploma legal, bem como pela Portaria 488 do MTE, de 21 de novembro de 2005 publicada no D.O.U. de 24 de novembro de 2005 a qual aprova o novo modelo e instruções de preenchimento da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana - GRCSU, da Nota Técnica/SRT/TEM nº 36, de 12 de março de 2009, publicada no D.O.U de 16 de março de 2009. A importância a ser descontada deverá corresponder a 1/30 (um trinta avos) da remuneração total de cada um dos aludidos servidores, sindicalizados ou não, mas de qualquer forma representados pela entidade signatária, percebidos no mês de março do ano de 2018, conforme dispõe o inciso I do artigo 580 da CLT, sendo que o seu recolhimento deverá ocorrer impreterivelmente no mês de março de 2018, através da guia em nome deste Sindicato, com posterior remessa dos seguintes documentos: 1) relação nominal dos servidores contribuintes, indicando o cargo e remuneração total percebida no mês do desconto, com o respectivo valor recolhido; 2) GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana, devidamente quitada.

Palmas - TO, 20 de Março de 2018.

Paulo Henrique Guimarães e Silva  
Presidente do SINTEC

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

CERÂMICA TOCANTINS LTDA, CNPJ 12.847.979/0001-17 torna público que requereu ao NATURATINS, as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação ao empreendimento CERÂMICA TOCANTINS para atividade de fabricação de artefatos cerâmicos para uso na construção civil. O mesmo situa-se na TO 424, s/n, km 01 em Babaçulândia. O empreendimento se enquadra nas RES. Conama 237/97 e do COEMA 007/2005.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

CERÂMICA TOCANTINS LTDA, CNPJ 12.847.979/0001-17 torna público que requereu ao NATURATINS, as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação ao empreendimento CERÂMICA TOCANTINS para atividade de extração de argila para uso na fabricação de artefatos cerâmicos. O mesmo situa-se na TO 424, s/n, km 01 em Babaçulândia. O empreendimento se enquadra nas RES. Conama 237/97 e do COEMA 007/2005.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

O Sr. FERNANDO DE PAIVA ARAÚJO E OUTRO, inscrito no CPF: 771.560.721-53, sito a FAZENDA PROBASE - LOTES 21 E 23, LOTEAMENTO PIUM RIO DO COCO, na Cidade de Pium - TO, torna público que requereu ao INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) da Atividade Bovinocultura de Corte localizada na Fazenda Probase, Município de Pium - TO. O empreendimento se enquadra no COEMA - TO Nº 007/2005.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

REJANE AGUIAR BITTENCOURT (AMARANTE TERRAPLENAGEM), empresária individual, inscrita no CNPJ sob nº 19.766.951/0001-02, empresa com sede na Rua Jorge Amado, nº 273, ardim Paraíso, Luís Eduardo Magalhães/BA, CEP: 48.850-000, torna público que requereu junto ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as LICENÇA PRÉVIA, LICENÇA DE INSTALAÇÃO e LICENÇA DE OPERAÇÃO para a atividade de lavra e moagem de calcário para corretivo agrícola e produção de britas, área localizada na Fazenda Uberlândia, Lote 2, situada às margens da Rodovia TO-040, Ponta Alta do Bom Jesus/TO (DNPM Nº864.322/2016 - Autorização de Pesquisa com mudança de regime para Registro de Licença). O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA 01/86 e 010/90 e COEMA - TO 07/2005, que dispõem sobre o Impacto Ambiental.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

SAMIRA MONTEIRO MARTINS, portador do CPF nº 015.744.781-25, torna público que requereu junto ao NATURATINS, as emissões das Licenças LP, LI, LO, para a atividade de Bovinocultura, com endereço na Fazenda São Félix, situada no município de Recursolândia - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA Nº 001/86 e 237/97, Lei Municipal 1011/2011 e Decreto Municipal 244/2002 que dispõe sobre o licenciamento Ambiental.

**DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE RESPEITO DE LIMITES**

Proprietário Pessoa Física

Eu SUELI DÁRIO BATTISTON, CPF nº 177.750.978-50, proprietário do imóvel rural denominado Lote nº 05 do Loteamento Denominado Ponte Alta Gleba 17 2ª Etapa, Matrícula nº 635, cadastrado no INCRA sob o código nº 999.911.500.240-6, declaro sob as penas da Lei que quando dos trabalhos topográficos executados na citada propriedade pelo TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUZAN MOREIRA DOS SANTOS, CREA nº 203564, Cédula de Identidade RG nº 820.276 SSP/TO e CPF nº 010.487.511-98, credenciado pelo INCRA sob o código E9R, foram respeitados os limites de "divisas in loco" com o meu confrontante MANUEL CEZAR BRAGÁDA, portador CPF nº: 042.708.358-34, residente e domiciliado em Goiânia-Goiás, proprietário do Imóvel, Lote nº 07 do Loteamento Denominado Ponte Alta Gleba 17 2ª Etapa, Matrícula nº 636, não havendo qualquer litígio entre as partes.

O trecho confrontante possui os seguintes elementos técnicos:

Meridiano Central: -45º Sistema Geodésico de Referência (SGR): SIRGAS2000

Código	Longitude	Latitude	Altitude	Código	Azimute	Distância
E9R-M-3011	-46°40'21,195"	-10°52'47,115"	552,743	E9R-M-3012	323°50'	2935,46

**DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE RESPEITO DE LIMITES**

Proprietário Pessoa Física

Eu ANTÔNIO DA COSTA PINTO, CPF nº 561.422.938-87, proprietário do imóvel rural denominado Lote nº 10 do Loteamento Denominado Ponte Alta Gleba 17 2ª Etapa, Matrícula nº 639, cadastrado no INCRA sob o código nº 999.903.676.462-7, declaro sob as penas da Lei que quando dos trabalhos topográficos executados na citada propriedade pelo TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUZAN MOREIRA DOS SANTOS, CREA nº 203564, Cédula de Identidade RG nº 820.276 SSP/TO e CPF nº 010.487.511-98, credenciado pelo INCRA sob o código E9R, foram respeitados os limites de "divisas in loco" com o meu confrontante JOSÉ RODRIGUES, portador do CPF nº: 049.308.358-87, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, proprietário do Imóvel, Lote nº 10 do Loteamento Denominado Ponte Alta Gleba 17 2ª Etapa, Matrícula nº 639, não havendo qualquer litígio entre as partes.

O trecho confrontante possui os seguintes elementos técnicos:

Meridiano Central: -45º Sistema Geodésico de Referência (SGR): SIRGAS2000

Código	Longitude	Latitude	Altitude	Código	Azimute	Distância
E9R-M-3021	-46°39'09,996"	-10°54'29,693"	495,617	E9R-M-3011	325°32'	3822,5

**DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE RESPEITO DE LIMITES**

Proprietário Pessoa Física

Eu BRANDÍZIO DÁRIO, CPF nº 006.590.459-15, proprietário do imóvel rural denominado Lote nº 14 do Loteamento Denominado Ponte Alta Gleba 17 2ª Etapa, Matrícula nº 798, cadastrado no INCRA sob o código nº 999.903.628.557-5, declaro sob as penas da Lei que quando dos trabalhos topográficos executados na citada propriedade pelo TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUZAN MOREIRA DOS SANTOS, CREA nº 203564, Cédula de Identidade RG nº 820.276 SSP/TO e CPF nº 010.487.511-98, credenciado pelo INCRA sob o código E9R, foram respeitados os limites de "divisas in loco" com o meu confrontante JOSÉ RODRIGUES, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF nº: 049.308.358-87, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, proprietário do Imóvel, Lote nº 10 do Loteamento Denominado Ponte Alta Gleba 17 2ª Etapa, Matrícula nº 639, não havendo qualquer litígio entre as partes.

O trecho confrontante possui os seguintes elementos técnicos:

Meridiano Central: -45º Sistema Geodésico de Referência (SGR): SIRGAS2000

Código	Longitude	Latitude	Altitude	Código	Azimute	Distância
BXR-M-12643	-46°42'57,967"	-10°57'08,136"	545,801	BXR-M12369	336°30'	1866,61

**DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE RESPEITO DE LIMITES**

Eu BRANDÍZIO DÁRIO, CPF nº: 006.590.459-15, residente e domiciliado à Anápolis - Goiás, proprietário do Imóvel, Lote nº 15 do Loteamento Denominado Ponte Alta Gleba 17 2ª Etapa, Matrícula nº 802, cadastrado no INCRA sob o código nº 999.903.628.557-5, declaro sob as penas da Lei que quando dos trabalhos topográficos executados na citada propriedade pelo TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUZAN MOREIRA DOS SANTOS, CREA nº 203564, Cédula de Identidade RG nº 820.276 SSP/TO e CPF nº 010.487.511-98, credenciado pelo INCRA sob o código E9R, foram respeitados os limites de "divisas in loco" com o meu confrontante José Manoel Ribeiro CPF nº 004.791.109-30, proprietário do imóvel Lote nº 13 do Loteamento Denominado Ponte Alta Gleba 17 2ª Etapa, Matrícula nº 640, não havendo qualquer litígio entre as partes.

O trecho confrontante possui os seguintes elementos técnicos:

Meridiano Central: -45º Sistema Geodésico de Referência (SGR): SIRGAS2000

Código	Longitude	Latitude	Altitude	Código	Azimute	Distância
E9R-M-3008	-46°41'29,350"	-10°57'24,313"	515,785	E9R-M-3026	151°05'	3807,56

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS**

CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83

**Relatório da Administração****Senhoras e Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. o presente relatório, com os principais destaques, juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins ("Saneatins") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

**1. Mensagem da Administração**

Em 25 de abril de 2017, a Odebrecht S.A. ("ODB") vendeu a totalidade da sua participação no capital da então denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. ("OAPS"), controladora indireta da Saneatins, para o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("BR FIP"), um fundo de investimento incorporado no Brasil e gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc., empresa global de gestão de ativos, com foco em investimentos em ativos de alta qualidade e longa duração, nos segmentos imobiliário, serviços públicos, transporte, energia, entre outros. Na mesma data, o BR FIP firmou um termo de adesão ao acordo de acionistas da OAPS substituindo a ODB em todos os termos, direitos e obrigações ali previstos. Ainda nessa data, foi realizada uma Assembleia Geral que aprovou a alteração da razão social da OAPS para BRK Ambiental Participações S.A., com consequente alteração de seu estatuto social.

Como consequência imediata da mudança de acionista controlador, destaca-se todo o trabalho de mudança para a nova marca da Companhia, envolvendo todas as suas instalações (estações de tratamento de água, de esgoto, poços de águas subterrâneas, lojas de atendimento comercial e escritórios, veículos, uniformes, equipamentos de proteção individual, entre outros), que foi apresentada à população em maio de 2017.

Além disso, com a mesma diligência, foi implantado o Programa de Compliance na BRK Ambiental e em suas empresas controladas, alinhado às melhores práticas de mercado nacionais e globais. O programa busca assegurar que funcionários e terceiros observem os requisitos não apenas das leis antissuborno e anticorrupção, mas também as diretrizes de sua política interna, normas e Código de Conduta, garantindo os mais elevados padrões de integridade e transparência, sem qualquer tolerância para atos de corrupção, discriminação e comportamento antiético.

Todo o efetivo foi treinado e orientado no Programa de Compliance, em um processo de reforço da cultura dos acionistas que seguirá como um dos pilares de valor da BRK Ambiental e da Saneatins.

A mudança do acionista controlador não afetou as operações da Companhia, nem a qualidade na prestação de serviço à população. A BRK Ambiental continua sendo uma das melhores empresas de saneamento do Brasil e a Saneatins figura entre as 1.000 maiores empresas do Brasil, conforme ranking de 2017 do Valor Econômico.

Com relação ao ambiente regulatório, no Tocantins, os contratos de concessão são regulados e fiscalizados pela Agência Tocantinense de Regulação (ATR), autarquia estadual. No entanto, interferência dos poderes legislativo e executivo do estado e municípios entram em choque com a competência da ATR, gerando ambiente de incerteza e instabilidade. Cresce a necessidade de um marco regulatório claro, fundado em aspectos técnicos.

No âmbito operacional, em função do rigor do clima em 2017, em especial na região central do Estado do Tocantins, da qual a capital Palmas faz parte, houve severo período de estiagem, com ausência de chuvas pelo período de 100 dias, trazendo desafio para as operações. Com a efetiva atuação das equipes na execução de ações emergenciais e em melhorias de eficiência operacional, garantiu-se a mitigação de eventuais impactos na prestação de serviços.

A Saneatins reitera seu compromisso com a qualidade da prestação dos serviços, atendendo às expectativas da comunidade de forma sustentável e transparente. Segue empenhada na garantia da contínua disponibilidade dos serviços de abastecimento de água potável para a região, avançando na prestação dos serviços de esgotamento sanitário, por meio da implantação de novas estruturas de coleta e tratamento de esgoto, visando a universalização dos serviços.

**2. A Companhia**

A Saneatins está sediada no Município de Palmas, capital do Estado do Tocantins, e é responsável pela implantação, operação e manutenção dos

serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário em 47 dos 139 municípios que compõem o Estado do Tocantins, bem como em 5 municípios no Estado do Pará, em conformidade com os Contratos de Concessão, Autorizações e Permissões outorgadas.

Hoje cerca de 1,2 milhão de habitantes são atendidos com o serviço de tratamento e distribuição de água, sendo que destes, 404 mil recebem também serviço de coleta e tratamento de esgoto, resultando num índice de atendimento de água de 96% e 32% de esgotamento sanitário, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado.

**Localização das Concessões**

No âmbito dos Contratos de Concessão, as operações compreendem a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos.

Adicionalmente, por meio de Contratos de Prestação de Serviços, nos termos da Lei nº 8.666, a companhia presta serviços para a Agência Tocantinense de Saneamento ("ATS") em 76 municípios do Tocantins, sem nenhuma obrigação contratual de investimento, uma vez que esta é uma obrigação do Governo do Estado do Tocantins.

Nos contratos de prestação de serviços celebrados com a ATS, as principais atividades exercidas pela companhia envolvem gestão comercial dos serviços (atendimento ao usuário, faturamento, arrecadação, cobrança, micromedição e controle de consumo) e serviços de operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de análises laboratoriais.

O grande desafio da Saneatins é a universalização dos serviços de esgotamento sanitário, cuja meta estabelecida em contrato corresponde ao índice médio de atendimento de 80%. Além disso, possui como meta alcançar um patamar de no máximo 20% de perdas físicas no sistema de abastecimento de água potável, na próxima década.

Desde 2015, a companhia possui registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B", por meio do qual é possível a realização de ofertas públicas, previamente registradas na CVM, de qualquer valor mobiliário, exceto ações, certificados de depó-

☆ continuação

## COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83

## Relatório da Administração

sito de ações ou valores mobiliários que confirmam ao titular o direito de adquirir ações ou depósitos de ações, em consequência da sua conversão ou do exercício dos direitos que lhes são inerentes, desde que não haja pedido de oferta pública de distribuição concomitante.

Esse registro marca o fortalecimento da imagem institucional perante os credores, fornecedores, acionistas, integrantes e o mercado em geral, além de proporcionar maior transparência ao mercado de capitais.

**3. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais da Companhia**

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as obrigações assumidas de curto e longo prazo, bem como para suportar o crescimento sustentável dos negócios e a expansão no atendimento.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores:

	Exercício social encerrado em		Variações horizontais
	2017	2016	2017 x 2016
	(em R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)		(em %)
Receita líquida de serviços	471.763	412.784	14,29
EBITDA <sup>(1)</sup>	159.896	156.698	2,04
EBITDA ajustado <sup>(2)</sup>	158.221	155.211	1,94
Margem EBITDA <sup>(3)</sup>	33,89%	38,0%	(10,82)
Margem EBITDA ajustado <sup>(4)</sup>	33,54%	37,6%	(10,80)
Lucro bruto	197.395	152.472	29,46
Lucro líquido (prejuízo)	(6.288)	(11.261)	(44,16)
Margem líquida <sup>(5)</sup>	-1,33%	-2,7%	50,74
Patrimônio líquido	30.179	26.467	14,03
Dívida líquida <sup>(6)</sup>	591.846	730.228	(18,95)

<sup>(1)</sup> O EBITDA consiste no lucro operacional do exercício, antes das receitas e despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social e das depreciações e amortizações. De acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS o EBITDA não é medida de desempenho financeiro, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. Contudo é utilizado pela Companhia como indicador de seu desempenho operacional e também é amplamente utilizado por investidores e analistas para comparar desempenho entre companhias. Para uma reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

<sup>(2)</sup> O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA conforme definido na nota (1) acima, com a adição do custo de construção de ativos intangíveis e a dedução da receita de construção de ativos intangíveis. O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez.

<sup>(3)</sup> EBITDA do exercício dividido pela receita líquida de serviços do exercício.

<sup>(4)</sup> EBITDA Ajustado do exercício dividido pela receita líquida de serviços após a dedução da receita de construção.

<sup>(5)</sup> Lucro líquido do exercício dividido pela receita líquida de serviços do exercício.

<sup>(6)</sup> A Dívida Líquida corresponde às nossas dívidas financeiras (empréstimos, financiamentos e debêntures) de curto e longo prazo deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.

A receita líquida de prestação de serviços totalizou R\$ 471,8 milhões no ano de 2017, representando um aumento de 14,29%, quando comparado com o ano de 2016, que totalizou R\$ 412,8 milhões. Tal crescimento se dá em razão, principalmente: (i) do reajuste de 12,77% concedido em abril/2017 na tarifa de água e esgoto; e (ii) do incremento das ligações totais nos 52 municípios atendidos, que passaram (a) de 408 mil em 2016 para 423 mil em 2017, em relação a ligações de água; e (b) de 121 mil em dezembro de 2016 para 134 mil em dezembro de 2017, em relação a ligações de esgoto.

No que se refere às condições patrimoniais, destacam-se os indicadores de dívida líquida, índice de liquidez corrente e patrimônio líquido:

**a) Dívida Líquida**

É calculada como a soma dos nossos empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. A tabela a seguir apresenta o comportamento deste indicador entre os exercícios sociais de 2017 e 2016:

Indicadores financeiros (em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2017	2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Curto prazo	42.677	77.364
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Longo prazo	579.138	689.890
<b>Dívida Bruta</b>	<b>621.815</b>	<b>767.254</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	21.692	29.426
(-) Fundos restritos	8.277	7.600
<b>Dívida Líquida</b>	<b>591.846</b>	<b>730.228</b>

A queda de 18,95% na nossa dívida líquida no exercício de 2017 decorreu, principalmente, do resgate antecipado das debêntures coordenadas pelo Banco Votorantim. Durante o ano foram desembolsados R\$ 37,9 milhões através do Programa Saneamento para Todos, repassados pela Caixa Econômica Federal.

**b) Índice de Liquidez Corrente**

É calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. Esse índice teve uma melhora considerável quando comparado o exercício social 2016, devido à mudança do perfil das dívidas da Companhia, com redução de custo e alongamento de prazo.

Indicadores financeiros (em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2017	2016
Ativo circulante	141.746	142.543
Passivo circulante	111.585	129.608
<b>Índice de liquidez corrente</b>	<b>1,27</b>	<b>1,10</b>

**c) Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido da Saneatins em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 30,2 milhões, comparado a R\$ 26,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorre do aumento do capital social em R\$ 10 Milhões e prejuízo de R\$ 6,3 milhões, registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

**4. Investimentos e Fontes de Financiamento**

Mesmo em um cenário macroeconômico desfavorável no País, a Companhia continuou realizando investimentos que somaram em 2017 cerca de R\$ 81,6 milhões.

A Saneatins está em fase de expansão dos seus investimentos, que resultará num aumento da geração de fluxo de caixa das operações nos próximos exercícios, sendo mais do que suficiente para fazer face às obrigações contratuais e financeiras.

No exercício de 2017 os investimentos realizados foram financiados com recursos próprios advindos da geração operacional de caixa e pelo desembolso de financiamentos que somaram R\$ 37,9 milhões.

**5. Sustentabilidade**

A companhia preza por uma cultura de prevenção e melhores práticas, com o objetivo de garantir constante aprimoramento da gestão ambiental. Para tanto, busca-se disseminar os conhecimentos e experiências por meio de programas de gestão ambiental que contam com envolvimento de funcionários, comunidade e parcerias com organizações não governamentais.

A educação ambiental é um dos instrumentos indispensáveis para a efetividade das ações de saneamento, ao sensibilizar a população sobre o uso racional da água e o descarte de resíduos sólidos.

As questões de sustentabilidade são prioritárias e indispensáveis à condução do negócio, garantidas pelo comprometimento da empresa e de todos os funcionários.

Em 2017 várias ações de responsabilidade socioambientais foram realizadas, conforme descrito abaixo:

- Validação da acreditação pela CGCRE (Inmetro) do Laboratório de Efluentes para os parâmetros Demanda Bioquímica de Oxigênio, Demanda Química de Oxigênio, Oxigênio Dissolvido, Temperatura, pH e materiais sedimentáveis, incluindo também amostragem. O Laboratório de Efluentes da BRK Ambiental - Saneatins é o único no estado do Tocantins acreditado para análises de matrizes ambientais.

continua—☆

☆ continuação **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83**

### Relatório da Administração

• Auditoria pela certificadora DNV/GL mantendo a certificação do sistema de gestão integrado do Processo de Produção de Água Tratada do município de Palmas nas normas NBR ISO 9001 (qualidade), NBR ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (saúde e segurança do trabalho).

• A análise global de risco de Palmas manteve-se com o conceito "Acima do Padrão".

• Semana da Água (22 de março) e Semana do Meio Ambiente (05 de junho) e Semana Integrada (dezembro - qualidade, meio ambiente, saúde, segurança do trabalho e responsabilidade socioambiental).

• Ações realizadas, incluindo atividades dos projetos de trabalho socioambiental vinculados aos financiamentos para as obras dos sistemas de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário, envolveram mais de 20 mil pessoas da comunidade. Foram realizadas mais de 29 mil visitas em imóveis do município de Palmas informando sobre a importância do saneamento básico água e esgoto. Os investimentos foram na ordem de R\$ 692 mil.

### 6. Geração de Empregos

Em 31 de dezembro de 2017, a Saneatins contava com 1.061 funcionários, distribuídos nas bases operacionais dos 47 municípios do Estado do Tocantins e 5 municípios do Estado do Pará atendidos pela Saneatins. Destes, 22,6% estão alocados nas áreas de apoio, enquanto os 77,4% restantes estão alocados nas funções diretamente ligadas às operações. A idade média do quadro de funcionários da Companhia é de 37 anos (43% dos funcionários encontram-se na faixa dos 30 aos 39 anos), sendo que 86,5% dos funcionários são do sexo masculino. O tempo médio de trabalho na Companhia é de cerca de 9 anos.

A gestão de pessoas é constantemente aprimorada, com o intuito de valorizar nossos funcionários, com o consequente aumento em seu comprometimento e engajamento com os objetivos e a estratégia da Companhia, com particular destaque aos processos integrados que incorporam a educação continuada, com treinamento para todos os níveis hierárquicos, gestão de carreiras e qualidade de vida.

Palmas/TO, 21 de março de 2018

### Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.692	29.426	Fornecedores	12	18.625	18.316
Contas a receber	6	102.618	81.179	Empréstimos e financiamentos	13.1	25.647	33.261
Adiantamentos a fornecedores		1.305	1.085	Debêntures	13.2	17.030	44.103
Tributos a recuperar	7	7.797	9.581	Salários e encargos sociais	14	15.996	10.800
Estoques		6.270	4.334	Tributos a pagar	15	9.004	17.402
Partes relacionadas	17	-	416	Outros passivos	16	25.283	5.726
Convênios com órgãos públicos	8	-	11.977			111.585	129.608
Outros ativos		2.064	4.545	<b>Não circulante</b>			
		141.746	142.543	Empréstimos e financiamentos	13.1	393.481	353.236
<b>Não circulante</b>				Debêntures	13.2	185.657	336.654
Contas a receber	6	4.384	316	Partes relacionadas	17	336.282	127.446
Fundos restritos		8.277	7.600	Tributos a pagar	15	1.171	9.056
Partes relacionadas	17	1.192	2.401	Provisões para contingências	19	1.001	577
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (a)	61.389	65.200	Outros passivos	16	6.855	76.298
Tributos a recuperar	7	7.668	13.923			924.447	903.267
Convênios com órgãos públicos	8	20.226	40.976	<b>Patrimônio líquido</b>	20		
Outros ativos		3.393	2.302	Capital social		24.018	14.018
		106.529	132.718	Reserva de capital		55.000	55.000
Propriedades para investimentos	9	39.308	39.308	Ajustes de avaliação patrimonial		24.855	24.855
Imobilizado	10	40.491	40.407	Ações em tesouraria		(53.860)	(53.860)
Intangível	11	738.137	704.366	Prejuízos acumulados		(19.834)	(13.546)
		924.465	916.799			30.179	26.467
<b>Total do ativo</b>		<b>1.066.211</b>	<b>1.059.342</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.066.211</b>	<b>1.059.342</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2016</b>		14.018	55.000	(53.860)	(16.195)	38.765	37.728
Resultado abrangente do exercício							
Alienação de propriedades para investimentos	20 (d)	-	-	-	13.910	(13.910)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(11.261)	-	(11.261)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		-	-	-	2.649	(13.910)	(11.261)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		14.018	55.000	(53.860)	(13.546)	24.855	26.467
Resultado abrangente do exercício							
Aumento de capital social	20 (a)	10.000	-	-	-	-	10.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.288)	-	(6.288)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>24.018</b>	<b>55.000</b>	<b>(53.860)</b>	<b>(19.834)</b>	<b>24.855</b>	<b>30.179</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua ☆

☆ continuação <b>COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83</b>					
<b>Demonstração do Resultado</b>			<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>		
<b>Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais</b>			<b>Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais</b>		
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>		
				<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Operações continuadas</b>					
Receita líquida de serviços	21 (a)	471.763	412.784		
Custos dos serviços prestados	21 (c)	(274.368)	(260.312)		
<b>Lucro bruto</b>		<b>197.395</b>	<b>152.472</b>		
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	21 (c)	(87.813)	(53.184)		
Outras receitas (despesas), líquidas	21 (c)	(779)	11.974		
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>108.803</b>	<b>111.262</b>		
<b>Resultado financeiro</b>	21 (d)				
Receitas financeiras		14.121	17.440		
Despesas financeiras		(132.228)	(145.690)		
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(9.304)</b>	<b>(16.988)</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (b)	3.016	5.727		
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(6.288)</b>	<b>(11.261)</b>		
<b>Prejuízo por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)</b>	20 (e)	<b>(6,43)</b>	<b>(11,62)</b>		
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras					
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>					
<b>Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais</b>					
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(6.288)</b>	<b>(11.261)</b>		
<b>Outros resultados abrangentes:</b>					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Alienação de propriedades para investimentos (Ajuste de avaliação patrimonial)	20 (d)	-	(13.910)		
Ganho na avaliação a valor justo em propriedades para investimento	20 (d)	-	13.910		
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(6.288)</b>	<b>(11.261)</b>		
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras					
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais</b>					
		<b>2017</b>	<b>2016</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Prejuízo antes do IR e da contribuição social</b>		<b>(9.304)</b>	<b>(16.988)</b>	<b>87.556</b>	<b>90.997</b>
<b>Ajustes</b>					
Depreciação e amortização		51.074	45.436	(677)	(1.249)
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		4	5.179	-	(13.426)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		7.167	8.882	(1.192)	(23.938)
Provisão/estorno para contingências		1.899	(247)	(72.146)	(60.138)
Margem de lucro de construção		(1.674)	(1.487)		
Ganho na alienação de imobilizado/intangível		-	(14.404)		
Juros e variações monetárias, líquidas		102.883	114.011		
		152.049	140.382		
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Contas a receber		(32.674)	(22.661)		
Adiantamentos a fornecedores		(220)	1.258		
Tributos a recuperar		8.039	1.098		
Estoques		(1.936)	79		
Convênios com órgãos públicos		27.696	11.447		
Outros ativos		1.667	(2.039)		
Fornecedores		(6.026)	(38.050)		
Salários e encargos sociais		5.196	(1.054)		
Tributos a pagar		(9.457)	1.300		
Provisão para contingências		(1.475)	(51)		
Outros passivos		(55.304)	(712)		
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>					
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Fundos restritos					
Alienação de propriedade para investimentos					
Adições ao imobilizado					
Adições ao intangível					
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>				<b>(74.015)</b>	<b>(98.751)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Ingressos de empréstimos e financiamentos				37.900	31.822
Amortizações de empréstimos e financiamentos				(7.826)	(6.050)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos				(36.054)	(28.984)
Ingressos de debêntures				-	59.623
Amortizações das debêntures				(191.821)	(21.687)
Juros pagos de debêntures				(43.935)	(32.666)
Aumento de capital social				10.000	-
Partes relacionadas				210.461	(589)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>				<b>(21.275)</b>	<b>1.469</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>				<b>(7.734)</b>	<b>(6.285)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>				<b>29.426</b>	<b>35.711</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>				<b>21.692</b>	<b>29.426</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras					

☆ continuação **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais**

**1. Informações gerais**

A Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins ("Companhia") tem como principal objetivo a implantação, operação e manutenção dos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário em determinados municípios dos Estados do Tocantins e do Pará, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões outorgadas.

A sede da Companhia está localizada na Quadra 312 Sul, Avenida LO-05, Plano Diretor Sul, Palmas, Tocantins.

A Companhia possui atualmente contratos de prestação de serviços de longo prazo, que abrangem 52 prefeituras, sendo 47 no Estado do Tocantins e 5 no Estado do Pará, todos com opção de renovação e extensão ao final do contrato e atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia obteve o registro inicial de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para a categoria "B", que permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante.

Esse registro foi motivado pela intenção da Companhia de fortalecer sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, integrantes e o mercado em geral, e acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Em 25 de abril de 2017, a Odebrecht S.A. vendeu toda a sua participação no capital da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), acionista da Companhia, anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("BR FIP"), um fundo de investimento incorporado no Brasil e gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc.

Os principais contratos de concessão podem ser assim sumariados:

<b>Poder concedente (cliente)</b>	<b>Ano inicial - final</b>	<b>Mudanças no contrato ocorridas desde o início</b>
Prefeitura Municipal de Palmas - TO	1999 - 2032	Ajuste de prazo - mais 8 anos e aumento de escopo
Prefeitura Municipal de Araguaína - TO	1999 - 2041	Ajuste de prazo - mais 12 anos e aumento de escopo
Prefeitura Municipal de Gurupi - TO	1999 - 2041	Ajuste de prazo - mais 12 anos
Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO	1999 - 2049	Ajuste de prazo - mais 20 anos e aumento de escopo
Prefeitura Municipal de Paraíso - TO	1999 - 2029	
Prefeitura Municipal de Colinas - TO	1999 - 2029	Aumento de escopo
Prefeitura Municipal de Guaraí - TO	1999 - 2029	
Prefeitura Municipal de Tocantinópolis - TO	1999 - 2029	
Prefeitura Municipal de Miracema - TO	1999 - 2029	
Prefeitura Municipal de Tucumã - TO	2008 - 2038	
Prefeitura Municipal de São Geraldo - PA	2005 - 2035	
Prefeitura Municipal de Curionópolis - PA	2007 - 2037	
Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás - PA	2007 - 2037	Ajuste de prazo - mais 5 anos
Prefeitura Municipal de Xinguara - PA	2007 - 2037	Ajuste de prazo - mais 5 anos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental - Centro Norte Participações S.A. ("Centro Norte Participações") e controlada indireta da BRK Ambiental.

**(a) Operação Lava-Jato**

Desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medi-

das legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia fazia parte em 31 de dezembro de 2016.

Em 22 de maio de 2017 foi homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba o acordo de leniência celebrado entre o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A., holding do Grupo Odebrecht ("Acordo"), produzindo assim os efeitos cíveis inerentes. A Companhia não é subscritora do mencionado Acordo, mas este beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 1º de dezembro de 2016. Desta forma, a Companhia e sua acionista BRK Ambiental não assumirão responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista no Acordo.

Além disso, a constituição da BRK Ambiental Participações S.A. resulta de uma reorganização societária realizada pelo Grupo Odebrecht como condição precedente para aliená-la ao BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo incorporado no Brasil, gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., e controlado pela Brookfield Asset Management Inc ("Brookfield"). A implementação da referida reorganização societária teve como um dos objetivos impedir que a BRK Ambiental Participações S.A. e suas controladas fossem afetadas pelos resultados, desdobramentos e consequências decorrentes das investigações no âmbito da Operação Lava-Jato.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos ou funcionários nas referidas investigações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvo envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

Desta forma, tendo em vista que (i) o Acordo de Leniência beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 1º de dezembro de 2016, de forma que a Companhia não assumirá responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária nele prevista, e (ii) que desde 25 de abril de 2017 a Companhia não faz mais parte do Grupo Odebrecht, não há razão para determinar que a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e de suas consequências.

Cabe ressaltar, por fim, que além da Companhia ter ampliado e aprimorado seu Programa de Compliance (vide Nota 1 (b): "Aprimoramento do Programa de Compliance"), foi executado um programa de design e implementação de controles internos para atendimento à Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), visando detectar e tratar qualquer potencial inconformidade relacionada às informações financeiras das empresas que compõem o Grupo BRK, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras.

**(b) Aprimoramento do Sistema de Compliance**

A Administração da Companhia vem adotando medidas necessárias para o aperfeiçoamento do seu Programa de Compliance de acordo com as melhores práticas de mercado. O novo Programa de Compliance da Companhia contempla as seguintes ações:

(i) Elaboração e aprovação no seu Conselho de Administração de um novo Código de Conduta Ética Profissional para todos os funcionários, novo Código de Conduta para Fornecedores, além de uma Política e de um Programa Antissuborno e Anticorrupção e uma Política de Segurança da Informação;

(ii) Elaboração de diversas normas e procedimentos internos que visam dar efetividade às ações previstas no Programa de Compliance, tais como de conflitos de interesse, doações e patrocínios, brindes presentes e entretenimento, fundo fixo de caixa, relacionamento com agentes públicos, avaliação de riscos de fornecedores, gestão de fornecedores, gestão de compras de materiais e de serviços, avaliação de riscos de suborno e corrupção (*Antibribery and Anticorruption Due Diligence*) em operações de fusões e aquisições da Companhia, contas a pagar, matriz e alçadas e limites, gerenciamento de contratos e administração de pessoal;

(iii) Realização de diferentes tipos de treinamentos para todos os funcionários da Companhia a respeito das Normas e do novo Programa de Compliance, assim como, um especial para os funcionários que têm interação com o Poder Público;

☆ continuação **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais**

(iv) Obtenção de certificação individualizada de cada funcionário no sentido de aceitação e observância do novo Código de Conduta Ética Profissional, Declaração de Conflito de Interesses e Compromisso de Confidencialidade de informações sigilosas em poder da Companhia;

(v) Elaboração de treinamento específico para determinados grupos de fornecedores de serviços da Companhia;

(vi) Implantação de novo canal confidencial (0800, e-mail e website) para realização de denúncias internas ou externas relativas a desvios de conduta de funcionários ou terceiros com os quais a Companhia se relaciona, cuja administração é terceirizada por empresa especializada no segmento;

(vii) Reestruturação da forma de apuração de denúncias de casos de corrupção e suborno recebidas no canal confidencial, através da equipe independente de auditoria interna;

(viii) Desenvolvimento de campanha de comunicação para divulgação do novo Programa de Compliance para todos os funcionários da Companhia, com o tema central "Atitude Compliance";

(ix) Revisão e saneamento de toda a base cadastral de fornecedores ativos da Companhia;

(x) Realização de avaliação de riscos de suborno e corrupção (*Antibribery and Anticorruption Risk Assessment*) por meio de empresa de auditoria big four, com a elaboração de uma matriz de riscos e plano de mitigação específicos destes temas;

(xi) Reestruturação das funções do Comitê de Ética e Integridade da Companhia;

(xii) Desenvolvimento de um plano de monitoramento para o Programa de Compliance da Companhia; e

(xiii) Revisão anual do Programa de Compliance com o intuito de verificar sua efetividade, atualização em face às melhores práticas de mercado, bem como eventuais alterações que se façam necessárias em virtude das alterações legislativas.

**1.1 Outras informações**

**Lei do Estado do Tocantins nº 3.262/17, em vigor desde o dia 02 de agosto de 2017:**

Em 02 de agosto de 2017, foi sancionada a Lei Estadual nº 3.262/2017, que "altera a Lei nº 1.017, de 20 de novembro de 1998, que dispõe sobre a prestação, regulação, fiscalização e controle dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Tocantins, e dá outras providências".

Dentre as alterações trazidas, a Lei Estadual nº 3.262/2017 estabelece que os modelos para a fixação das tarifas também deverão "assegurar que a tarifa de esgotamento sanitário não ultrapasse 50% da tarifa de água". Esclarecemos que esta limitação à tarifa de esgoto não tem aplicação imediata e pressupõe a alteração da estrutura tarifária vigente, que em qualquer hipótese deverá assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das concessões da Companhia. Portanto, não houve impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. No entendimento da Companhia, a Lei Estadual nº 3.262/2017 é inconstitucional.

No dia 07 de dezembro de 2017 foi obtida medida liminar, na Arguição de Inconstitucionalidade de Lei Estadual nº 0016113-12.2017.827.0000, que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para suspender os efeitos da Lei Estadual nº 3.262/2017.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2018.

**2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo, incluindo propriedade para investimento.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

**2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

**2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

**2.4 Fundos restritos**

Os fundos restritos representam depósitos bancários, com rendimento de cerca de 103% (2016 - 103%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e debêntures, sendo que os valores são retidos até os vencimentos dos mesmos.

**2.5 Contas a receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos os créditos de realização duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

**2.6 Estoques**

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

**2.7 Ativos financeiros**

**2.7.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

**2.7.2 Reconhecimento e mensuração**

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

☆ continuação

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais

**2.7.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros****(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment*, são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

**(b) Ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

**2.8 Propriedades para investimentos**

Refere-se à propriedades mantidas para valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) e não para: (i) uso na produção ou fornecimento de serviços; (ii) finalidades administrativas; ou (iii) para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo, determinado por laudo de avaliador independente. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período, exceto no reconhecimento inicial de imóvel anteriormente ocupado pela Companhia que se torna propriedade para investimento registrada pelo valor justo, cujo ganho ou perda é registrado no patrimônio líquido.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não são esperados benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa é reconhecido no resultado do período em que o imóvel ou bem é baixado.

**2.9 Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado.

**2.10 Ativos intangíveis****(a) Sistema de água e esgoto**

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os

usuários, pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - contratos de concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.15 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (d)).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

**(b) Direito de concessão**

O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

**(c) Softwares**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

**(d) Capitalização de juros**

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

**2.11 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

**2.12 Financiamentos e debêntures**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento ou debênture seja sacado.

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

**2.13 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de

continua—☆

☆ continuação

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais**

25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social, com base nas leis tributárias promulgadas.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data-base do relatório.

**2.14 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.15 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

**(a) Receita de serviços de água e esgoto**

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

**(b) Receita de construção**

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 e OCPC 05), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2017 e 2016 é de 2% para os contratos de concessões públicas (intangível).

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados.

**(c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

**2.16 Benefícios a empregados****(a) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade

sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

**(b) Outros benefícios pós-emprego**

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para a Companhia. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do funcionário no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

**(c) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

**2.17 Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrandas as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação detalhada da IFRS 9 e não prevê nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças.

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Em 2017, a Companhia realizou uma análise detalhada dos 5 passos requeridos pela IFRS 15 e não prevê nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças.

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados

continua—☆

☆ continuação

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais

e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

**(a) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é revisado e aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

**(b) Provisão e passivos contingentes**

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil correspondente ao valor estimado da causa.

- Perda possível: são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

- Perda remota: são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

**(c) Reconhecimento de receita de construção**

A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (IFRIC 12/ICPC01). O uso deste método requer que a Companhia estime a margem a ser acrescida aos custos incorridos com os serviços executados e é apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

**d) Receita não faturada**

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

**(e) Vida útil dos ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

**(f) Propriedades para investimentos**

A Administração da Companhia adotou o critério estimativo na apuração do valor justo de propriedade para investimento de forma prospectiva conforme critérios descritos a seguir.

Os valores justos dos imóveis foram embasados em pareceres técnicos de avaliação mercadológica através de empresa independente, contratada para realização dos trabalhos de avaliação individual de cada um dos imóveis, utilizando o método de avaliação de comparação de dados para os imóveis em que foram encontradas amostras semelhantes, com o mesmo contexto de localização; para os demais imóveis, foi utilizado o método involutivo, que avalia o potencial construtivo ou a possibilidade de desmembramento nos mesmos padrões de amostras existentes na mesma localização.

Os valores justos dos imóveis foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13/CPC 46 - Mensuração a Valor Justo (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado).

**4. Gestão de risco financeiro****4.1 Fatores de risco financeiro****Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

**(a) Risco de mercado****(i) Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e quatro que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Companhia decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras e fundos restritos cujos rendimentos estão atrelados principalmente a variação do CDI; e (ii) empréstimos, financiamentos e debêntures que estão atrelados, substancialmente, a Taxa Referencial de juros ("TR") e ao CDI. Apresentamos a seguir os impactos nos instrumentos financeiros que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relevantes de flutuação nas taxas de juros às quais a Companhia está exposta no final do período. A administração entende que o cenário provável é a variação que irá ocorrer segundo as expectativas de mercado, fornecidas por consultoria econômica independente especializada em projeções econômicas, que causarão um impacto adicional no resultado e patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, além daquele que ocorreria caso as taxas de juros permanecessem nos mesmos valores de 31 de dezembro de 2017. Os cenários de 25,00% e 50,00% são extrapolações

continua—☆

☆ continuação <b>COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83</b>							
<b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais</b>							
do cenário provável, que corresponde aos próximos 12 meses. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.							
<b>Saldos patrimoniais</b>							
	<b>2017</b>		<b>2016</b>		<b>2017</b>	<b>2016</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nocional</b>	<b>Nocional</b>	
Caixa e equivalentes de caixa:							
Aplicações financeiras							
Em CDI	3.929	-	14.513	-	3.929	14.513	
Fundos restritos							
Em CDI	8.277	-	7.600	-	8.277	7.600	
Empréstimos e financiamentos							
Em TR	-	(421.175)	-	(386.720)	(589.266)	(589.266)	
Em TJLP	-	-	-	(326)	-	(637)	
	-	(421.175)	-	(387.046)	(589.266)	(589.903)	
Debêntures							
Em DI-over	-	-	-	(182.012)	-	(182.012)	
Em IPCA	-	(213.916)	-	(215.791)	(196.293)	(190.000)	
	-	(213.916)	-	(397.803)	(196.293)	(372.012)	
				<b>2017</b>			
	<b>Risco</b>	<b>Provável</b>	<b>+25%</b>	<b>+50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>	
Caixa e equivalentes de caixa:							
Aplicações financeiras							
Em CDI	Redução do CDI	(161)	(201)	(242)	(121)	(81)	
Fundos restritos							
Em CDI	Redução do CDI	(339)	(424)	(509)	(254)	(170)	
Empréstimos e financiamentos							
Em TR	Aumento da TR	5.963	7.454	8.945	4.472	2.982	
		5.963	7.454	8.945	4.472	2.982	
Debêntures							
Em IPCA	Aumento do IPCA	6.558	8.198	9.837	4.919	3.279	
		6.558	8.198	9.837	4.919	3.279	
Impacto no resultado do exercício		12.021	15.027	18.031	9.016	6.010	
Impacto total no patrimônio líquido		12.021	15.027	18.031	9.016	6.010	
<b>Indicadores macroeconômicos utilizados</b>					<b>2017</b>	<b>2016</b>	
CDI					9,9%	14,0%	
TR					0,6%	2,0%	
TJLP					7,3%	7,8%	
UMIPCA-M					2,9%	6,3%	
DI-over					9,9%	14,0%	
IPCA					2,9%	6,3%	
IGPM					0,3%	7,2%	
<b>(b) Risco de crédito</b>	<p>A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é procedimento adotado a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.</p> <p>Os critérios para constituição da PCLD são os títulos a receber de usuários particulares vencidos há mais de 180 dias e de órgãos públicos vencidos há mais de 720 dias. Apesar de ser somente um critério quantitativo, devido ao tipo de serviço que a Companhia presta ser um serviço essencial, o não pagamento pelo usuário final do título vencido geraria a interrupção do serviço. Dessa forma, a Companhia considera que o critério para constituição da PCLD é suficiente para cobrir eventuais perdas nesses títulos.</p> <p>A Companhia possui créditos de realização duvidosa, no montante de R\$ 28.955 (2016 - R\$ 22.477), para fazer face aos riscos de crédito (Nota 6). O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, fundos restritos e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada</p> <p>A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, depósitos em bancos e instituições financeiras e partes relacionadas na data do balanço (Notas 5, 6, 2.4 e 17).</p>						
<b>(c) Risco de liquidez</b>	<p>Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, as quais são monitoradas diariamente pela área de tesouraria.</p> <p>A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.</p>						
	<b>Menos de um ano (i)</b>	<b>Entre um e dois anos (i)</b>	<b>Entre dois e cinco anos (i)</b>	<b>Acima de cinco anos (i)</b>	<b>Total por vencimento</b>	<b>Valores a incorrer (ii)</b>	<b>Total no balanço patrimonial</b>
Em 31 de dezembro de 2017							
Fornecedores	18.625	-	-	-	18.625	-	18.625
Empréstimos e financiamentos	42.120	57.875	175.274	388.767	664.036	(244.908)	419.128
Debêntures	37.603	41.642	229.838	-	309.083	(106.396)	202.687
	98.348	99.517	405.112	388.767	991.744	(351.304)	640.440
Em 31 de dezembro de 2016							
Fornecedores	18.316	-	-	-	18.316	-	18.316
Empréstimos e financiamentos	68.025	116.500	156.344	323.398	664.267	(277.770)	386.497
Debêntures	67.917	163.348	347.469	-	578.734	(197.977)	380.757
	154.258	279.848	503.813	323.398	1.261.317	(475.747)	785.570

☆ continuação

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais**

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.

(ii) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, financiamentos e debêntures, através da coluna valores a incorrer.

**4.2 Gestão de capital**

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Não ocorreram mudanças na política de gestão de capital da Companhia em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira para 31 de dezembro de 2017 e de 2016, podem ser assim sumariados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 13.1)	419.128	386.497
Total de debêntures (Notas 13.2)	202.687	380.757
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(21.692)	(29.426)
(-) Fundos restritos (Nota 2.4)	(8.277)	(7.600)
Dívida líquida	591.846	730.228
Total do patrimônio líquido	30.179	26.467
Total do capital	<u>622.025</u>	<u>756.695</u>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b><u>95%</u></b>	<b><u>97%</u></b>

**4.3 Estimativa do valor justo**

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 17.

Os financiamentos estruturados contratados junto a Caixa Econômica Federal ("CEF") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&FBovespa.

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

**4.4 Instrumentos financeiros por categoria**

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	21.692	29.426
Fundos restritos	8.277	7.600
Contas a receber	102.618	81.179
Partes relacionadas	1.192	2.817
	<u>133.779</u>	<u>121.022</u>

Passivos financeiros pelo custo amortizado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores	(18.625)	(18.316)
Empréstimos e financiamentos	(419.128)	(386.497)
Debêntures	(202.687)	(380.757)
Partes relacionadas	(336.282)	(127.446)
Outros passivos	(32.138)	(82.024)
	<u>(1.008.860)</u>	<u>(995.040)</u>

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo fixo	20	31
Bancos conta movimento	17.743	14.882
Aplicações financeiras (i)	3.929	14.513
	<u>21.692</u>	<u>29.426</u>

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com liquidez imediata e remuneração correspondente à uma variação média de 98% do CDI (2016 - 100% do CDI).

**6. Contas a receber**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber de clientes		
Contas a receber	83.995	75.087
Receitas a faturar	21.500	12.549
Outros (i)	30.462	16.336
PCLD	(28.955)	(22.477)
	<u>107.002</u>	<u>81.495</u>
(-) Circulante	<u>(102.618)</u>	<u>(81.179)</u>
Não circulante (ii)	<u>4.384</u>	<u>316</u>

(i) O saldo refere-se, substancialmente, às faturas emitidas de prestação de serviços à Agência Tocantinense de Saneamento ("ATS").

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	19.571	25.855
Vencidas		
Até 30 dias	21.902	19.649
De 31 a 60 dias	9.422	7.792
De 61 a 90 dias	2.703	3.374
De 91 a 180 dias	9.159	7.480
De 181 a 720 dias	33.106	17.883
Mais de 720 dias	18.594	15.552
A faturar	21.500	6.387
Contas a receber de clientes	135.957	103.972
PCLD	(28.955)	(22.477)
Total	<u>107.002</u>	<u>81.495</u>

Em 31 de dezembro de 2017, não há contas a receber vencidas dentro dos critérios para a constituição da PCLD que não estejam provisionadas.

Os vencimentos dessas contas a receber são como segue abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
De 180 a 720 dias	(10.361)	(6.925)
Mais de 720 dias	(18.594)	(15.552)
	<u>(28.955)</u>	<u>(22.477)</u>

**7. Tributos a recuperar**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ISS sobre serviços	84	1.663
Imposto de renda	957	1.194
Contribuição social	76	19
PIS e COFINS (i)	14.145	20.417
Outros	203	211
	15.465	23.504
(-) Circulante	<u>(7.797)</u>	<u>(9.581)</u>
Não circulante	<u>7.668</u>	<u>13.923</u>

(i) O saldo representa a opção exercida de utilização dos créditos da contribuição para o PIS e da COFINS para as aquisições de máquinas e equipamentos destinados à suas operações, conforme art. 1º da Lei nº 11.774/08, e dos créditos da contribuição para o PIS e da COFINS nas incorporações de edificações ao ativo intangível para utilização nas suas operações, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 11.488/07.

continua—☆

☆ continuação		COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83						
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais								
<b>8. Convênios com órgãos públicos</b>		<b>9. Propriedades para investimentos</b>						
<b>(a) Composição</b>		O valor dos imóveis está embasado em pareceres técnicos de avaliação mercadológica anual através de empresa independente, contratada para realização dos trabalhos de avaliação de cada um dos imóveis e estão demonstrados abaixo:						
	<b>2017</b>	<b>2016</b>						
ATS	20.226	53.147						
(-) Ajuste a valor presente ("AVP")	-	(194)						
	20.226	52.953						
(-) Circulante	-	(11.977)						
Não Circulante	20.226	40.976						
No primeiro semestre de 2017, a Companhia e a Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo assinaram contratos de cessão de crédito, sem coobrigação ou direito de regresso, do saldo a receber junto à ATS, no valor total de R\$ 31.310, pelo preço de aquisição de R\$ 27.256.								
O saldo remanescente refere-se ao reembolso pelos custos e despesas incorridos ao âmbito do suporte à ATS acordado no Termo de Colaboração de 29 de setembro de 2011.								
<b>(b) Movimentação</b>								
	<b>2017</b>	<b>2016</b>						
Saldo no início do exercício	52.953	61.542						
(+) Provisão	452	429						
(-) Recebimento da cessão de crédito	(26.835)	(11.876)						
(-) Juros sob cessão de crédito	(4.556)	-						
(-) Taxas de serviço referente à cessão de crédito	(1.313)	-						
(+/-) Atualização monetária (i)	(669)	2.721						
(-) AVP	194	137						
Saldo no final do exercício	20.226	52.953						
(i) O valor de atualização no período findo em 31 de dezembro de 2017 encontra-se negativo em decorrência dos ajustes do controle do crédito realizado pelas partes.								
			<b>1.649 39.308 37.660</b>					
<b>10. Imobilizado</b>								
	<b>Terrenos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>					
	<b>Edificações</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>					
	<b>Obras em andamento</b>	<b>Total</b>						
Custo de aquisição								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	352	6.725	4.711	8.245	3.484	2.482	418	26.417
Adições	35.234	184	379	-	69	5	370	36.241
Baixas	(176)	(389)	(4)	(4.792)	(94)	(795)	-	(6.250)
Transferências	(300)	115	2	(1.147)	4	-	(788)	(2.114)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	35.110	6.635	5.088	2.306	3.463	1.692	-	54.294
Depreciação acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	-	(5.806)	(2.299)	(2.725)	(2.204)	(2.342)	-	(15.376)
Depreciação	-	(401)	(394)	(303)	(254)	(115)	-	(1.467)
Baixas	-	316	3	1.773	69	795	-	2.956
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	-	(5.891)	(2.690)	(1.255)	(2.389)	(1.662)	-	(13.887)
Valor contábil líquido	35.110	744	2.398	1.051	1.074	30	-	40.407
Custo de aquisição								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	35.110	6.635	5.088	2.306	3.463	1.692	-	54.294
Adições	53	768	103	54	52	4	158	1.192
Baixas	-	(8)	(2)	-	(14)	(1)	-	(25)
Transferências	-	-	-	149	9	-	(158)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	35.163	7.395	5.189	2.509	3.510	1.695	-	55.461
Depreciação acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	-	(5.891)	(2.690)	(1.255)	(2.389)	(1.662)	-	(13.887)
Depreciação	-	(345)	(418)	(75)	(223)	(43)	-	(1.104)
Baixas	-	4	5	-	11	1	-	21
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	-	(6.232)	(3.103)	(1.330)	(2.601)	(1.704)	-	(14.970)
Valor contábil líquido	35.163	1.163	2.086	1.179	909	(9)	-	40.491
Vida útil (anos)		5	5 a 10	25 a 30	5 a 10	5 a 10		
<b>11. Intangível</b>								
	<b>Sistema de água e esgoto</b>	<b>Direito de concessão</b>	<b>Softwares</b>	<b>Intangível em formação (i)</b>	<b>Total</b>			
Custo de aquisição								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	735.901	48.019	1.757	-	99.046	884.723		
Adições	1.593	2.541	-	-	70.255	74.389		
Baixas	(2.461)	-	-	-	-	(2.461)		
Transferências	130.028	-	235	-	(128.590)	1.673		
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	865.061	50.560	1.992	-	40.711	958.324		
Amortização acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	(203.689)	(5.516)	(1.360)	-	-	(210.565)		
Amortização	(41.609)	(2.166)	(194)	-	-	(43.969)		
Baixas	576	-	-	-	-	576		
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	(244.722)	(7.682)	(1.554)	-	-	(253.958)		

☆ continuação <b>COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS</b> - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83																					
<b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais</b>																					
	<u>Sistema de água e esgoto</u>	<u>Direito de concessão</u>	<u>Softwares</u>	<u>Intangível em formação (i)</u>	<u>Total</u>																
Valor contábil líquido	620.339	42.878	438	40.711	704.366																
Custo de aquisição																					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	865.061	50.560	1.992	40.711	958.324																
Adições	5.772	-	-	77.969	83.741																
Baixas	(204)	-	-	-	(204)																
Transferências	55.951	15.192	-	(71.143)	-																
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	926.580	65.752	1.992	47.537	1.041.861																
Amortização acumulada																					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	(244.722)	(7.682)	(1.554)	-	(253.958)																
Amortização	(47.138)	(2.656)	(176)	-	(49.970)																
Baixas	204	-	-	-	204																
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	(291.656)	(10.338)	(1.730)	-	(303.724)																
Valor contábil líquido	634.924	55.414	262	47.537	738.137																
Vida útil (anos)	10 a 30	30 a 50	5 a 10																		
(i) O saldo refere-se à construção da infraestrutura para prestação de serviços de água e esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até dezembro de 2019.																					
No decorrer do período findo de 31 de dezembro de 2017, a Companhia capitalizou juros de financiamentos no montante de R\$ 3.586 (2016 - R\$ 5.513).																					
<b>12. Fornecedores</b>																					
A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e																					
<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 80%;"></td> <td style="text-align: right;"><b>2017</b></td> <td style="text-align: right;"><b>2016</b></td> </tr> <tr> <td>Aquisição de infraestrutura</td> <td style="text-align: right;">6.335</td> <td style="text-align: right;">6.809</td> </tr> <tr> <td>Serviços e materiais para operação</td> <td style="text-align: right;">10.974</td> <td style="text-align: right;">10.633</td> </tr> <tr> <td>Retenções contratuais</td> <td style="text-align: right;">1.316</td> <td style="text-align: right;">874</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><u>18.625</u></td> <td style="text-align: right;"><u>18.316</u></td> </tr> </table>								<b>2017</b>	<b>2016</b>	Aquisição de infraestrutura	6.335	6.809	Serviços e materiais para operação	10.974	10.633	Retenções contratuais	1.316	874		<u>18.625</u>	<u>18.316</u>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>																			
Aquisição de infraestrutura	6.335	6.809																			
Serviços e materiais para operação	10.974	10.633																			
Retenções contratuais	1.316	874																			
	<u>18.625</u>	<u>18.316</u>																			
<b>13. Financiamentos e debêntures</b>																					
<b>13.1 Financiamentos</b>																					
<b>(a) Composição</b>																					
<b>Modalidade e encargos financeiros anuais</b>	<b>Taxa efetiva de juros anual</b>	<b>Vencimentos</b>	<b>Custos de transação incorridos</b>	<b>Saldos dos custos a apropriar</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>															
Estruturado																					
TR + 8,7% a 10%	9,91% a 12,67%	ago/24 a jan/35	2.770	(2.640)	421.175	386.720															
Finame																					
TJLP + 3,5 e 10,70%			-	-	-	326															
2,5% a 3%	2,50% a 3,00%	jul/2018	-	-	593	2.221															
Custo de transação			-	-	(2.640)	(2.770)															
Total			<u>(2.770)</u>	<u>(2.640)</u>	<u>419.128</u>	<u>386.497</u>															
Total de financiamentos de curto prazo					25.820	33.391															
(-) Custo de transação					(173)	(130)															
Circulante					<u>25.647</u>	<u>33.261</u>															
Total de financiamentos de longo prazo					395.948	355.876															
(-) Custo de transação					(2.467)	(2.640)															
Não circulante					<u>393.481</u>	<u>353.236</u>															
Total					<u>419.128</u>	<u>386.497</u>															
<b>(b) Movimentação</b>																					
	<b>2017</b>	<b>2016</b>				<b>2017</b>															
Saldo no início do exercício	386.497	349.895	2024			28.073															
(+) Adição de principal	37.900	31.822	2025			24.434															
(+) Adição de juros	38.481	39.814	2026			24.434															
(-) Amortização principal	(7.826)	(6.050)	2027			24.434															
(-) Amortização juros	(36.054)	(28.984)	2028			24.434															
(+) Custo de transação	130	-	2029 em diante			110.129															
Saldo no final do exercício	<u>419.128</u>	<u>386.497</u>				<u>393.481</u>															
<b>(c) Prazo de vencimento</b>																					
O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:																					
	<b>2017</b>																				
2019	28.501																				
2020	33.417																				
2021	32.598																				
2022	31.853																				
2023	31.174																				
<b>(d) Garantias e outras informações relevantes</b>																					
Para os contratos de financiamento junto à CEF, foram dados em garantia, a vinculação de 100% dos recebíveis oriundos dos contratos de concessão, nos termos do contrato de vinculação da receita e penhor dos direitos creditórios, o penhor das ações representativas das ações do capital social da Companhia e garantia do suporte dos acionistas para o período de obras.																					
Para os contratos de cédula de crédito bancário junto ao Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo foi dado em garantia o suporte dos acionistas garantindo as obrigações e compromissos assumidos.																					

☆ continuação <b>COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83</b>									
<b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais</b>									
<b>13.2 Debêntures</b>									
<b>(a) Composição</b>									
Instituição	Série	Emissão	Vencimentos	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2017	2016
Banco Votorantim S.A. ("Votorantim")	Única	13/09/12	27/10/22	DI-OVER + 3,5% a 4,56%	16,68 a 16,95%	1.347	-	-	111.153
Votorantim	Única	30/09/12	27/10/22	DI-OVER + 3,5% a 4,56%	18,25 a 18,53%	1.869	-	-	70.859
XP Investimentos	1ª Série	26/06/15	31/07/22	IPCA + 10,33%	23,05%	11.672	(8.387)	157.622	159.004
XP Investimentos	2ª Série	26/06/15	31/07/22	IPCA + 10,33%	22,16%	3.775	(2.842)	56.294	56.787
(-) Custo de transação						-	-	(11.229)	(17.046)
						<u>18.663</u>	<u>(11.229)</u>	<u>202.687</u>	<u>380.757</u>
Total de debêntures curto prazo								19.480	47.134
(-) Custo de transação								(2.450)	(3.031)
Circulante								17.030	44.103
Total de debêntures longo prazo								194.436	350.669
(-) Custo de transação								(8.779)	(14.015)
Não circulante								185.657	336.654
Total								<u>202.687</u>	<u>380.757</u>
<b>(b) Movimentação</b>									
								<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo no início do exercício								380.757	310.400
(+) Novas emissões								-	67.913
(+) Encargos financeiros								51.869	63.587
(-) Amortização principal								(191.821)	(21.687)
(-) Amortização juros								(43.935)	(32.666)
(+ /-) Custo de transação								5.817	(6.790)
Saldo no final do exercício								<u>202.687</u>	<u>380.757</u>
<b>(c) Prazo de vencimento</b>									
								<b>2017</b>	
2019								12.555	
2020								32.994	
2021								95.319	
2022								44.789	
								<u>185.657</u>	
<b>(d) Garantias</b>									
As garantias das debêntures incluem: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia e Cessão Fiduciária; (ii) contrato de suporte dos acionistas; (iii) penhor da totalidade dos dividendos e; (iv) dos direitos creditórios.									
<b>13.3 Cronograma de amortização dos custos de transação de financiamentos e debêntures</b>									
O quadro a seguir demonstra o cronograma dos efeitos anuais nas despesas financeiras decorrentes da amortização dos custos de transação:									
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>em diante</b>	<b>Total</b>			
Empréstimos e financiamentos	(173)	(173)	(173)		(2.121)	(2.640)			
Debêntures	(2.450)	(2.450)	(2.450)		(3.879)	(11.229)			
	<u>(2.623)</u>	<u>(2.623)</u>	<u>(2.623)</u>		<u>(6.000)</u>	<u>(13.869)</u>			
<b>13.4 Cláusulas contratuais restritivas - Covenants</b>									
A Companhia possui em seus contratos de financiamentos e escrituras de emissão de debêntures, cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.									
A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.									
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas aos referidos financiamentos e debêntures.									
<b>14. Salários e encargos sociais</b>									
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>						
Salários		2.707	2.206						
Obrigações sociais		2.745	3.113						
Provisões de férias		5.650	4.950						
Benefícios		496	400						
Participação sobre os lucros	2.16 (c)	4.348	4						
Outros		50	127						
		<u>15.996</u>	<u>10.800</u>						
<b>15. Tributos a pagar</b>									
								<b>2017</b>	<b>2016</b>
Pis e Cofins a recolher (i)								6.998	11.742
ISS a recolher								182	905
Parcelamentos tributários (ii)								1.833	11.674
Outros								1.162	2.137
(-) Circulante								10.175	26.458
Não circulante								(9.004)	(17.402)
								<u>1.171</u>	<u>9.056</u>
(i) O saldo refere-se, substancialmente, ao diferimento de pagamento de corrente de recebíveis com órgãos públicos nos termos do artigo 7º da Lei nº 9.718/1998.									
(ii) O saldo refere-se, substancialmente, aos parcelamentos de débitos tributários junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.									
Em 22 de fevereiro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária ("PRT"), onde renegociou o montante de R\$ 11.030 de tributos federais. Contudo em 28 de setembro de 2017, a Companhia optou pela adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017. Neste caso, conforme previsto na norma mencionada, todos os pagamentos efetuados no âmbito do PRT foram automaticamente migrados para o PERT.									
O montante da dívida, a título de tributos federais, migrados para o PERT totaliza R\$ 10.537 e a modalidade de pagamento escolhida pela Companhia foi à vista, em espécie, de no mínimo 5% do valor da dívida consolidada sem reduções, em 5 parcelas mensais e sucessivas, e o restante foi liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% dos juros de mora e 70% das multas de mora, de ofício ou isoladas, com a utilização do saldo de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.									
<b>16. Outros passivos</b>									
								<b>2017</b>	<b>2016</b>
Obrigações com poder concedente (i)								7.388	8.081
RB Capital (ii)								19.469	71.233
Outros								5.281	2.710
								32.138	82.024
(-) Circulante								(25.283)	(5.726)
Não circulante								6.855	76.298
(i) O valor refere-se ao saldo a pagar ao poder concedente de outorgas previstas nos contratos de concessão.									
(ii) Em 2014, a Companhia firmou dois Instrumentos de Promessa de Compra e Venda de Imóvel, objetivando a alienação de imóveis de sua propriedade, não reversíveis ao Poder Concedente, à RB Capital, no valor total R\$ 107.452, a serem liquidados em parcelas únicas em março e outubro de 2018, respectivamente. Posteriormente, a Companhia cedeu os créditos imobiliários de sua titularidade para terceiros, sem									

inuação **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais**

ção ou direito de regresso, pelo valor de R\$ 101.830. A manutenção de obrigações no passivo vinculadas às operações decorre da existência de indenizações contratuais em caso de inadimplemento dos instrumentos mencionados.

Em dezembro de 2016, a Companhia firmou Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel e Outras Avenças com a RB Fundo de Investimento Imobiliário ("XPCE"), no valor total de R\$ 57.181,10, alienando um dos imóveis que integrava os bens transacionados

**Transações relacionadas**

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo não circulante		Custos/Despesas operacionais		Resultados financeiros
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2017
Operações ambientais (i)	-	12	93	171.901	127.446	(28.487)	(2.018)	(20.416)	
Operações com a BRK Ambiental S.A. ("ODB Ambiental") (i)	9	-	-	-	-	-	(21.923)	-	(-)
Operações com a BRK Ambiental - Uruguaiana S.A.	-	-	4	-	-	-	-	-	-
Operações com a BRK Ambiental - Araguaia Saneamento S.A. ("Araguaia") (ii)	-	437	2.304	-	-	-	-	-	10
Operações com a BRK Norte Participações (iii)	407	743	-	164.209	-	-	-	-	(63)
	-	-	-	172	-	-	(987)	-	-
	<u>416</u>	<u>1.192</u>	<u>2.401</u>	<u>336.282</u>	<u>127.446</u>	<u>(29.474)</u>	<u>(23.941)</u>	<u>(20.469)</u>	<u>(-)</u>

Em relação ao ativo circulante, em dezembro de 2017, a Companhia realizou, substancialmente, ao rateio de despesas mediante contrato de mútuo com remuneração de 100% do CDI acrescido de 3% com vencimento em 31 de março de 2019, no montante de R\$ 108.570. Em 29 de dezembro de 2016, a ODB Ambiental transferiu os créditos detidos para a BRK Ambiental.

O saldo do ativo não circulante refere-se ao contrato de mútuo firmado com a BRK Ambiental S.A. em dezembro de 2016, com remuneração de 100% do CDI, acrescido de 3% ao ano, com vencimento em 31 de dezembro de 2019 e à prestação de serviços de elaboração de projeto de implantação e ampliação no sistema de tratamento de água, mediante contrato firmado entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimento indeterminado.

O saldo do passivo não circulante, refere-se ao contrato de mútuo com a BRK Ambiental S.A. em dezembro de 2016, com remuneração de 100% do CDI, acrescido de 3% ao ano, com vencimento em 16 de junho de 2022.

**Remuneração do pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	Nota explicativa	Remuneração	
		2017	2016
Salários e outros benefícios de curto prazo		3.952	2.967
Benefícios de aposentadoria	2.16 (a)	47	40
Benefícios de longo prazo		14	12
		<u>4.013</u>	<u>3.019</u>

De acordo com o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existindo, conforme estimativa a seguir:

Em consequência dessa operação, conforme visto nos Instrumentos firmados entre as partes, a Companhia arca com o pagamento de R\$ 35.633 da dívida.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia quitou parte do saldo junto à RB Capital, no valor de R\$ 57.181,10, inclusive, o Instrumento que venceria em outubro de 2018. A Companhia apropriou neste período juros de R\$ 2.755 e custos de R\$ 2.662.

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo não circulante		Custos/Despesas operacionais		Resultados financeiros
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2017
Ativo de imposto diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de imposto diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Expectativa de recuperação do passivo diferido é como segue:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**Ativo de imposto diferido**

Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses

Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses

Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:

2018	-
2019	-
2020	-
2021	-
2022	-
2023	-
2027	-

**Passivo de imposto diferido**

Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses

Expectativa de recuperação do passivo diferido é como segue:

2021	-
2022	-
2023	-
2024	-
2025	-

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a pensão dos saldos é a seguinte:

	Reconhecido na demonstração do resultado		Outros (i)
	2016	2017	
<b>Ativo fiscal diferido</b>			
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	58.027	3.118	(6.827)
Provisão	1.203	2.789	-
Ágio (Instrução CVM 319/99)	30.832	(10.000)	-
	<u>90.062</u>	<u>(4.093)</u>	<u>(6.827)</u>
<b>Passivo fiscal diferido</b>			
Receita e custo de construção concessões ativo intangível	777	4.416	-
Capitalização de juros e custo de transação	(15.578)	2.760	-
Valor justo de propriedade para investimento	(12.086)	(83)	-
Demais diferenças temporárias decorrentes			
Lei 12.973	2.025	16	-
	<u>(24.862)</u>	<u>7.109</u>	<u>(-)</u>

cont



☆ continuação <b>COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83</b>						
<b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais</b>						
Natureza do contrato	Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Concessão - ativo intangível	83.744	74.389	(82.070)	(72.902)	1.674	1.487
<b>(c) Despesas por natureza</b>						
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>			
<b>Classificadas por natureza:</b>						
Custo de construção	21 (b)	(82.070)	(72.902)			
Pessoal						
Remunerações		(48.511)	(41.137)			
Encargos sociais e trabalhistas		(15.583)	(15.488)			
Programa de alimentação		(9.354)	(9.688)			
Programa de saúde		(4.486)	(3.505)			
Outros benefícios		(917)	(833)			
		(78.851)	(70.651)			
Materiais		(18.140)	(16.717)			
Serviços						
Aluguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica		(43.772)	(34.313)			
Serviços pessoa jurídica		(16.123)	(15.962)			
Manutenções		(4.729)	(4.535)			
Auditorias, consultorias e assessorias		(14.538)	(9.639)			
Outros		(1.235)	(825)			
		(80.397)	(65.274)			
Tributos, taxas e contribuições		(7.635)	(4.001)			
Partes relacionadas	17	(29.474)	(23.941)			
Seguros		(1.485)	(960)			
Depreciação e amortização		(51.074)	(45.436)			
(+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais		3.921	4.021			
Comercial		(120)	(259)			
Viagens		(1.932)	(1.862)			
Outras		(15.703)	(3.540)			
		(362.960)	(301.522)			
<b>Classificadas por função:</b>						
Custo dos serviços prestados		(274.368)	(260.312)			
Gerais e administrativas		(87.813)	(53.184)			
Outras receitas (despesas), líquidas		(779)	11.974			
		(362.960)	(301.522)			
<b>(d) Resultado financeiro</b>						
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>			
Receitas financeiras						
Rendimentos de aplicações financeiras		1.865	2.665			
Partes relacionadas	17	72	116			
Variações monetárias		432	3.597			
Juros sobre atraso de pagamentos		5.536	4.195			
Multas por atraso de pagamento		6.387	6.390			
Ajuste a valor presente		261	595			
Outras		245	674			
(-) Tributos sobre receitas financeiras (PIS e COFINS)		(677)	(792)			
		14.121	17.440			
Despesas financeiras						
Comissões bancárias		(4.033)	(2.036)			
Juros e variações monetárias (i)		(90.292)	(113.442)			
Amortização do custo de transação		(8.118)	(3.430)			
Partes relacionadas	17	(20.541)	(20.662)			
Ajuste a valor presente		(12)	-			
Cessão de crédito - ATS	8 (b)	(4.556)	-			
Juros e multa sobre atraso de pagamento		(694)	(5.628)			
Outras		(3.982)	(492)			
Variações cambiais						
Tarifas bancárias		(212)	(325)			
Tributos sobre operações financeiras		(3.804)	(167)			
Outras		34	-			
		(132.228)	(145.690)			
Resultado financeiro, líquido		(118.107)	(128.250)			

(i) O saldo refere-se, substancialmente, às despesas de juros de financiamentos e debêntures (Nota 13) e à apropriação de juros junto à RB Capital (Nota 16).

## 22. Informações suplementares aos fluxos de caixa

### (a) Adições do intangível

	2017
Total de adições do intangível (Nota 11)	83.741
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	(11.595)
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	72.146
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:	
Juros capitalizados no exercício	(3.586)
Fornecedores a pagar	(6.335)
Margem de construção do exercício (Nota 21 (b))	(1.674)
Total	(11.595)

### (b) Convênios com órgãos públicos

	2017
Varição do balanço patrimonial - convênios com órgãos públicos	32.727
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	(5.031)
Total da movimentação de convênios com órgãos públicos conforme demonstração do fluxo de caixa	27.696
Transações que afetaram os convênios com órgãos públicos, mas não envolveram caixa:	
AVP	194
Juros sob cessão de crédito	(4.556)
Atualização monetária	(669)
Total	(5.031)

## 23. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica do Grupo Brookfield e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	718
Garantia judicial	6.735
Responsabilidade civil	60.535
Risco de engenharia	189.879
Riscos operacionais	847.128
Veículos	1.000

## 24. Evento subsequente

(a) Em 06 de março de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins - ATR ("ATR"), nos termos do Ofício nº 072/2018/PRES/ATR, suspendeu a aplicação da última parcela do reajuste sobre as tarifas da Companhia, no percentual de 6,487%, relativo ao resíduo da recomposição ordinária, já anteriormente aprovada pela ATR, nos termos da Resolução ATR nº 001/2016 ("Resíduo da Recomposição Tarifária").

No entendimento da Companhia, a decisão da ATR, ainda que temporária, não observa os requisitos legais necessários e todas as medidas judiciais cabíveis já estão sendo tomadas para suspender os seus efeitos.

Não obstante a suspensão da aplicação do Resíduo da Recomposição Tarifária, está mantida a aplicação do reajuste de 2,95%, sobre as tarifas de água e esgotamento sanitário em decorrência da publicação do Índice de Preços do Consumidor Amplo - IPCA, equivalente à inflação do período de janeiro a dezembro de 2017.

<p>☆ continuação <b>COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83</b></p>	
<p><b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 - Em milhares de reais</b></p>	
<p>(b) Em 12 de março de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que foi publicado no Diário da Assembleia do Estado do Tocantins, o Requerimento nº 242/2018 para instauração, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ("Comissão") com o objetivo de investigar a Companhia em supostas cobranças tarifárias abusivas, assim como também, outras supostas irregularidades.</p>	<p>Observados os termos e legislações aplicáveis, caso instalada a referida Comissão, a Companhia se colocará à disposição para atender as solicitações e prestar quaisquer esclarecimentos à Comissão, com o intuito de demonstrar de forma concreta a regularidade dos temas averiguados que digam respeito à Companhia.</p>
<p><b>Diretoria</b></p>	
<p>Diretor Presidente - <b>Denis Lacerda de Queiroz</b> Diretor de Relações com Investidores - <b>Ubiratan Tabajara Paiva Diniz</b></p>	<p>Diretor - <b>André Medrado Magalhães</b> Diretor de Planejamento - <b>Marcelino Leão Mendonça</b></p>
<p><b>Contador - Jânio Elias Teixeira - CRC GO-012128/O-7 T-TO</b></p>	
<p><b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b></p>	
<p>Aos Administradores e Acionistas da <b>Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins</b> Palmas - TO</p> <p><b>Opinião</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p> <p><b>Base para opinião</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Ênfase</b> <b>Operação lava-jato</b> Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 1. (a) às demonstrações financeiras, que indica que, desde 2014, o ex-acionista controlador Odebrecht S.A. está sob investigação e outros processos judiciais conduzidos pelo Ministério Público Federal brasileiro e outras autoridades públicas dentro da chamada Operação Lava Jato, que investiga ações ilegais envolvendo empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht. A administração entende que, após a aquisição da BRK Ambiental Participações S.A. e controladas, incluindo a própria Companhia, pelo novo acionista controlador (Brookfield Business Partners L.P.), finalizada em 25 de abril de 2017, a Companhia não será afetada por possíveis efeitos de tais investigações. Até o presente momento, não é possível determinar se a Companhia está efetivamente livre do risco de ser eventualmente impactada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras que envolvem, primeiramente, seu antigo controlador.</p> <p><b>Requerimento de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito</b> Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 24. (b) às demonstrações financeiras, que indica que foi publicado no Diário da Assembleia do Estado do Tocantins um requerimento de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de in-</p>	<p>vestigar supostas cobranças tarifárias abusivas pela Companhia, assim como também outras supostas irregularidades. Até o presente momento, não é possível determinar se a Companhia poderá ser eventualmente impactada pelos resultados da referida eventual Comissão Parlamentar de Inquérito.</p> <p><b>Principais assuntos de auditoria</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p><b>Reconhecimento da receita não faturada</b> A receita não faturada corresponde às receitas incorridas e contabilizadas, porém ainda não faturadas ao consumidor até o final de cada exercício, que são calculadas com base em especificações da prestação de serviço de cada região.</p> <p>A complexidade envolvida no cálculo da apuração da receita não faturada, bem como os potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento de receitas, incluindo o risco de reconhecimento de receita em valor superior ao serviço efetivamente fornecido a seus consumidores, aumentando, conseqüentemente, a sua receita e lucro, nos levou a identificar essas questões como riscos significativos que requerem considerações especiais de auditoria.</p> <p><b>Como nossa auditoria tratou o assunto</b> Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar na avaliação da integridade e precisão dos dados utilizados para realizar a estimativa de receita não faturada e realização de testes de recálculo dos montantes registrados.</p> <p>Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios determinados e as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3(d) e 6, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p><b>Infraestrutura da concessão</b> Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura e serão recebidos através da cobrança aos usuários via tarifa. A mensuração do ativo intangível de concessão é afetada por elementos subjetivos,</p>
<p>continua ☆</p>	

—☆ continuação

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração do ativo intangível, assim como a relevância dos valores envolvidos.

**Como nossa auditoria tratou o assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o exame, em base de testes amostrais, da documentação suporte para os gastos incorridos durante o exercício de 2017, avaliando a existência, a natureza do gasto e correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção e o recálculo da determinação e atualização do ativo intangível realizado pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios determinados pela administração da Companhia para definição dos gastos elegíveis a capitalização como custo da infraestrutura, as premissas utilizadas na determinação e avaliação do ativo intangível, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos****Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes**

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação e com parágrafo de ênfase relacionado a operação lava-jato, com data de 19 de maio de 2017.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para per-

mitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo ☆

continua—☆

—☆ continuação

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS - CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos

que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2018



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

**Emerson Pompeu Bassetti**  
Contador - CRC-1SP251558/O-0